



Demonstrações Contábeis 2022

Sumário das Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis	
Balanço Patrimonial Consolidado	2
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada	3
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 1	4
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 2	5
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Geral	6
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PrevMais	7
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Reg. Complementar n� 1	8
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Reg. Complementar n� 2	9
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Geral	10
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios PrevMais	11
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado	12
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 1	13
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 2	14
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Geral	15
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PrevMais	16

Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional	17
2. Base das Demonstrações Contábeis	19
3. Principais Práticas Contábeis	20
4. Gestão de Riscos	27
5. Realizável da Gestão Previdencial	29
6. Realizável da Gestão Administrativa	31
7. Realizável de Investimentos	32
8. Perfil de Investimentos – PrevMais	45
9. Imobilizado e Intangível	45
10. Exigível Operacional	46
11. Exigível Contingencial	46
12. Provisões Matemáticas	49
13. Equilíbrio Técnico	55
14. Fundos	61
15. Resultado Administrativo	62
16. Resultado dos Investimentos	65
17. Transa�es Entre Partes Relacionadas	65
18. Gestão Assistencial	66
19. Aprova�o das Demonst. Contábeis	67
20. Outras Informa�es	67

Balanco Patrimonial Consolidado

ATIVO		Nota	2022	2021	PASSIVO		Nota	2022	2021
DISPONÍVEL			53	50	EXIGÍVEL OPERACIONAL		10	23.583	26.592
REALIZÁVEL			10.159.742	9.433.724	Gestão Previdencial			14.915	16.953
Gestão Previdencial		5	1.103.770	1.086.187	Gestão Administrativa			6.970	7.864
Gestão Administrativa		6	36.908	30.295	Investimentos			1.698	1.775
Investimentos		7	9.019.064	8.317.242	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		11	332.064	272.834
Títulos Públicos		7.1	5.769.313	5.241.242	Gestão Previdencial			306.610	250.129
Ativos Financeiros de Créditos Privados		7.2	509.715	601.474	Gestão Administrativa			24.145	21.030
Fundos de Investimento		7.3	2.304.470	2.065.613	Investimentos			1.309	1.675
Investimentos em Imóveis		7.5	141.973	141.363	PATRIMÔNIO SOCIAL			9.804.843	9.135.359
Operações com Participantes		7.5	260.894	262.253	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO			9.656.457	8.998.239
Depósitos Judiciais/Recursais		7.6	1.309	1.664	Provisões Matemáticas		12	10.060.962	9.527.158
Recursos a Receber - Precatórios		7.7	27.471	-	Benefícios Concedidos			8.970.644	8.695.478
Outros Realizáveis		7.8	3.919	3.633	Benefícios a Conceder			2.435.248	2.209.494
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		9	695	1.011	(-) Provisões Matemáticas a Constituir			(1.344.930)	(1.377.814)
Imobilizado			630	882	Equilíbrio Técnico		13	(404.505)	(528.919)
Intangível			65	129	Resultados Realizados			(404.505)	(528.919)
GESTÃO ASSISTENCIAL		18	319.369	289.688	Superávit Técnico Acumulado			98.998	70.456
					(-) Déficit Técnico Acumulado			(503.503)	(599.375)
					FUNDOS		14	148.386	137.120
					Fundos Previdenciais			10.429	22.843
					Fundos Administrativos			125.833	104.278
					Fundos para Garantia das Operações com Participantes			12.124	9.999
					GESTÃO ASSISTENCIAL		18	319.369	289.688
TOTAL DO ATIVO			10.479.859	9.724.473	TOTAL DO PASSIVO			10.479.859	9.724.473

Gerson Wlaudimir Falcucci
Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
Contador

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

DESCRIÇÃO		2022	2021	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício		9.135.359	8.507.365	7,38
1. Adi�es		1.566.331	1.492.233	4,97
(+)	Contribui�es Previdenciais	451.146	445.874	1,18
(+)	Portabilidade	142	-	100,00
(+)	Atualiza�o de Depósitos Judiciais/Recursais	839	313	168,05
(+)	Outras Adi�es Previdenciais	939	2	46.850,00
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.032.663	978.458	5,54
(+)	Receitas Administrativas	64.151	62.161	3,20
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	12.991	4.685	177,29
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	1.335	-	100,00
(+)	Constitui�o de Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	2.125	740	187,16
2. Dedu�es		(896.847)	(864.239)	3,77
(-)	Benefícios	(745.281)	(711.844)	4,70
(-)	Resgates	(1.986)	(3.067)	(35,25)
(-)	Portabilidades	(2.070)	(1.674)	23,66
(-)	Desonera�o de Contribui�es de Patrocinador (es)	(16.176)	-	100,00
(-)	Outras Dedu�es	(1.267)	(11)	11.418,18
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(73.146)	(94.990)	(23,00)
(-)	Despesas Administrativas	(56.921)	(50.748)	12,16
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(1.905)	(100,00)
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Patrimônio Social (1+2)		669.484	627.994	6,61
(+/-)	Provisões Matemáticas	533.804	915.946	(41,72)
(+/-)	Super�vıt / (Déficit) Técnico do Exercício	124.414	(306.607)	(140,58)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(12.414)	3.722	(433,53)
(+/-)	Fundos Administrativos	21.555	14.193	51,87
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	2.125	740	187,16
4. Outros Eventos do Patrimônio Social		-	-	-
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)		9.804.843	9.135.359	7,33
6. Gestão Assistencial		(23.311)	(21.749)	7,18
(+)	Receitas Assistenciais	198.356	315.580	(37,15)
(-)	Despesas Assistenciais	(221.667)	(337.329)	(34,29)

Gerson Wladimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pignon Horta Fernandes
 Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 1

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação (%)
1. Ativos	102.368	93.766	9,17
Disponível	10	10	-
Recebíveis Previdencial	21.897	20.904	4,75
Investimentos	80.461	72.852	10,44
Títulos Públicos	59.179	54.149	9,29
Ativo Financeiros de Crédito Privados	6.719	5.922	13,46
Fundos de Investimento	5.463	3.268	67,17
Operações com Participantes	9.100	9.513	(4,34)
2. Obrigações	12.733	12.780	(0,37)
Operacional	1.344	1.516	(11,35)
Contingencial	11.389	11.264	1,11
3. Fundos não Previdenciais	6.839	5.180	32,03
Fundos Administrativos	6.659	5.053	31,78
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	180	127	41,73
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	82.796	75.806	9,22
Provisões Matemáticas	83.059	79.699	4,22
Superávit/(Déficit) Técnico	(263)	(3.893)	(93,24)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13.1)			
a) Equilíbrio Técnico	(263)	(3.893)	(93,24)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	6.200	5.903	5,03
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	5.937	2.010	195,37

Gerson Wlaidimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 2

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação (%)
1. Ativos	68.603	61.206	12,09
Disponível	10	10	-
Recebíveis Previdencial	11.364	10.993	3,37
Investimentos	57.229	50.203	14,00
Títulos Públicos	45.395	38.976	16,47
Ativo Financeiros de Crédito Privados	2.410	2.140	12,62
Fundos de Investimento	5.356	4.846	10,52
Operações com Participantes	4.068	4.241	(4,08)
2. Obrigações	4.096	5.783	(29,17)
Operacional	1.315	1.911	(31,19)
Contingencial	2.781	3.872	(28,18)
3. Fundos não Previdenciais	8.462	6.883	22,94
Fundos Administrativos	8.358	6.805	22,82
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	104	78	33,33
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	56.045	48.540	15,46
Provisões Matemáticas	51.055	41.159	24,04
Superávit/(Déficit) Técnico	4.990	7.381	(32,39)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13.2)			
a) Equilíbrio Técnico	4.990	7.381	(32,39)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	4.990	7.381	(32,39)

Gerson Wladimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Geral

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação (%)
1. Ativos	7.265.081	6.848.702	6,08
Disponível	10	10	-
Recebíveis Previdencial	1.155.525	1.125.317	2,68
Investimentos	6.109.546	5.723.375	6,75
Títulos Públicos	5.059.346	4.610.815	9,73
Ativo Financeiros de Crédito Privados	147.745	153.520	(3,76)
Fundos de Investimento	639.373	724.061	(11,70)
Investimentos em Imóveis	141.973	141.363	0,43
Operações com Participantes	88.410	88.319	0,10
Depósitos Judiciais/Recursais	1.309	1.664	(21,33)
Recursos a Receber - Precatórios	27.471	-	100,00
Outros Realizáveis	3.919	3.633	7,87
2. Obrigações	305.131	249.810	22,15
Operacional	11.745	13.155	(10,72)
Contingencial	293.386	236.655	23,97
3. Fundos não Previdenciais	78.575	66.242	18,62
Fundos Administrativos	70.528	59.364	18,81
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	8.047	6.878	17,00
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	6.881.375	6.532.650	5,34
Provisões Matemáticas	7.384.615	7.128.132	3,60
Superávit/(Déficit) Técnico	(503.240)	(595.482)	(15,49)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13.3)			
a) Equilíbrio Técnico	(503.240)	(595.482)	(15,49)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	413.157	477.239	(13,43)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(90.083)	(118.243)	(23,82)

Gerson Wladimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pigion Horta Fernandes
 Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
PrevMais

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação (%)
1. Ativos	2.693.323	2.402.217	12,12
Disponível	10	10	-
Recebíveis Previdencial	40.818	33.250	22,76
Investimentos	2.652.495	2.368.957	11,97
Títulos Públicos	596.873	529.755	12,67
Ativo Financeiros de Crédito Privados	344.196	432.322	(20,38)
Fundos de Investimento	1.552.110	1.246.700	24,50
Operações com Participantes	159.316	160.180	(0,54)
2. Obrigações	2.572	2.158	19,18
Operacional	2.209	2.145	2,98
Contingencial	363	13	2.692,31
3. Fundos não Previdenciais	44.081	35.972	22,54
Fundos Administrativos	40.288	33.056	21,88
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	3.793	2.916	30,08
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.646.670	2.364.087	11,95
Provisões Matemáticas	2.542.233	2.278.168	11,59
Superávit/(Déficit) Técnico	94.008	63.075	49,04
Fundos Previdenciais	10.429	22.843	(54,34)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13.4)			
a) Equilíbrio Técnico	94.008	63.075	49,04
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	94.008	63.075	49,04

Gerson Wlaudimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 1

DESCRIÇÃO		2022	2021	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	75.806	67.323	12,60
	1. Adições	12.981	13.643	(4,85)
(+)	Contribuições	5.496	5.033	9,20
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.217	8.411	(14,20)
(+)	Atualização Depósitos Judiciais/Recursois	93	78	19,23
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	154	121	27,27
(+)	Outras Adições	21	-	100,00
	2. Deduções	(5.991)	(5.160)	16,10
(-)	Benefícios	(3.042)	(2.438)	24,77
(-)	Resgates	(4)	(8)	(50,00)
(-)	Custeio Administrativo	(2.925)	(2.713)	7,81
(-)	Outras Deduções	(20)	(1)	1.900,00
	3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)	6.990	8.483	(17,60)
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.360	3.577	(6,07)
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	3.630	4.906	(26,01)
	4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
	5. Operações Transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)	82.796	75.806	9,22
	C) Fundos não Previdenciais	1.659	1.353	22,62
(+/-)	Fundos Administrativos	1.606	1.315	22,13
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	53	38	39,47

Gerson Wladimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
Regulamento Complementar n  2

DESCRIÇÃO		2022	2021	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	48.540	41.330	17,44
	1. Adi�es	10.918	11.084	(1,50)
(+)	Contribui�es	5.602	6.396	(12,41)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.093	4.425	15,10
(+)	Atuliza�o Depósitos Judiciais/Recursais	97	96	1,04
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	122	167	(26,95)
(+)	Outras Adi�es	4	-	100,00
	2. Dedu�es	(3.413)	(3.874)	(11,90)
(-)	Benefícios	(474)	(966)	(50,93)
(-)	Resgates	-	(4)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(2.925)	(2.903)	0,76
(-)	Outras Dedu�es	(14)	(1)	1.300,00
	3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)	7.505	7.210	4,09
(+/-)	Provisões Matemáticas	9.896	1.639	503,78
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	(2.391)	5.571	(142,92)
	4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
	5. Opera�es Transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)	56.045	48.540	15,46
	C) Fundos não Previdenciais	1.579	1.496	5,55
(+/-)	Fundos Administrativos	1.553	1.468	5,79
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	26	28	(7,14)

Gerson Wladimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
Regulamento Geral

DESCRI�O		2022	2021	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		6.532.650	6.058.057	7,83
1. Adi�es		1.077.046	1.165.987	(7,63)
(+)	Contribui�es	323.484	323.097	0,12
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	752.008	842.749	(10,77)
(+)	Atuliza�o Depósitos Judiciais/Recurais	649	139	366,91
(+)	Outras Adi�es	905	2	45.150
2. Dedu�es		(728.321)	(691.394)	5,34
(-)	Benefícios	(645.033)	(587.348)	9,82
(-)	Resgates	(295)	(185)	59,46
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(73.072)	(95.709)	(23,65)
(-)	Custeio Administrativo	(8.879)	(8.143)	9,04
(-)	Outras Dedu�es	(1.042)	(9)	11.477,78
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)		348.725	474.593	(26,52)
(+/-)	Provisões Matemáticas	256.483	748.307	(65,72)
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	92.242	(273.714)	(133,70)
4. Outros Eventos do Ativo Líquido		-	-	-
5. Opera�es Transitórias		-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)		6.881.375	6.532.650	5,34
C) Fundos não Previdenciais		12.333	6.801	81,34
(+/-)	Fundos Administrativos	11.164	6.554	70,34
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	1.169	247	373,28

Gerson Wladimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
PrevMais

DESCRIÇÃO		2022	2021	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		2.364.086	2.241.311	5,48
1. Adi�es		408.863	257.190	58,97
(+)	Contribui�es	140.366	133.886	4,84
(+)	Portabilidade	142	-	100,00
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	268.345	122.873	118,39
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	431	(100,00)
(+)	Outras Adi�es	10	-	100,00
2. Dedu�es		(126.279)	(134.415)	(6,05)
(-)	Benefícios	(96.732)	(121.092)	(20,12)
(-)	Resgates	(1.687)	(2.870)	(41,22)
(-)	Portabilidade	(2.070)	(1.674)	23,66
(-)	Desonera�o de Contribui�es de Patrocinador (es)	(16.176)	-	100,00
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(350)	-	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(9.073)	(8.779)	3,35
(-)	Outras Dedu�es	(191)	-	100,00
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)		282.584	122.775	130,16
(+/-)	Provisões Matemáticas	264.065	162.423	62,58
(+/-)	Fundos Previdenciais	(12.414)	3.722	(433,53)
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	30.933	(43.370)	(171,32)
4. Outros Eventos do Ativo Líquido		-	-	-
5. Opera�es Transitórias		-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)		2.646.670	2.364.086	11,95
C) Fundos não Previdenciais		8.109	5.283	53,49
(+/-)	Fundos Administrativos	7.232	4.856	48,93
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	877	427	105,39

Gerson Wlaudimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
 Contador

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior:	104.278	90.085	15,76
1. Custeio da Gestão Administrativa	77.141	66.846	15,40
1.1. Receitas	77.141	66.846	15,40
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	23.802	22.538	5,61
Custeio Administrativo dos Investimentos	12.681	11.585	9,46
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.694	1.671	1,38
Reembolso da Gestão Assistencial	25.850	25.298	2,18
Receitas Diretas	-	1	(100,00)
Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais	5	-	100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	12.991	4.685	177,29
Outras Receitas	118	1.068	(88,95)
2. Despesas Administrativas	56.921	50.748	12,16
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	31.071	25.450	22,09
Pessoal e Encargos	20.200	17.411	16,02
Treinamentos/Congressos e Seminários	126	76	65,79
Viagens e Estadias	32	18	77,78
Serviços de Terceiros	7.850	5.501	42,70
Despesas Gerais	1.687	1.421	18,72
Depreciações e Amortizações	271	251	7,97
Tributos	905	772	17,23
2.2. Provisões para Perdas Estimadas	-	-	-
2.3. Administração Assistencial - Despesa e Constituição/Reversão de Contingências	25.850	25.298	2,18
3. Constituição/(Reversão) de Contingências Administrativas	(1.335)	1.905	(170,08)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	21.555	14.193	51,87
7. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (6)	21.555	14.193	51,87
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	125.833	104.278	20,67

Gerson Wladimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 1

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	95.709	88.713	7,89
1. Provisões Matemáticas	83.059	79.699	4,22
1.1. Benefícios Concedidos	13.649	13.419	1,71
Benefício Definido	13.649	13.419	1,71
1.2. Benefício a Conceder	75.560	73.813	2,37
Benefício Definido	75.560	73.813	2,37
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(6.150)	(7.533)	(18,36)
(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar	(6.150)	(7.533)	(18,36)
(-) Participantes	(6.128)	(7.507)	(18,37)
(-) Assistidos	(22)	(26)	(15,38)
2. Equilíbrio Técnico	(263)	(3.893)	(93,24)
2.1. Resultados Realizados	(263)	(3.893)	(93,24)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(263)	(3.893)	(93,24)
3. Fundos	180	127	41,73
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	180	127	41,73
4. Exigível Operacional	1.344	1.516	(11,35)
4.1. Gestão Previdencial	1.322	1.486	(11,04)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	22	30	(26,67)
5. Exigível Contingencial	11.389	11.264	1,11
5.1. Gestão Previdencial	11.389	11.264	1,11

Gerson Wladimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Segurança

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 2

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	60.245	54.401	10,74
1. Provisões Matemáticas	51.055	41.159	24,04
1.1. Benefícios Concedidos	2.074	2.029	2,22
Benefício Definido	2.074	2.029	2,22
1.2. Benefício a Conceder	48.981	48.477	1,04
Benefício Definido	48.981	48.477	1,04
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	(9.347)	(100,00)
(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar	-	(9.347)	(100,00)
(-) Participantes	-	(9.346)	(100,00)
(-) Assistidos	-	(1)	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	4.990	7.381	(32,39)
2.1. Resultados Realizados	4.990	7.381	(32,39)
Superávit Técnico Acumulado	4.990	7.381	(32,39)
Reserva de Contingência	4.990	7.335	(31,97)
Reserva para Revisão do Plano	-	46	(100,00)
3. Fundos	104	78	33,33
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	104	78	33,33
4. Exigível Operacional	1.315	1.911	(31,19)
4.1. Gestão Previdencial	1.302	1.892	(31,18)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	13	19	(31,58)
5. Exigível Contingencial	2.781	3.872	(28,18)
5.1. Gestão Previdencial	2.781	3.872	(28,18)

Gerson Wlaudimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pigion Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Geral

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	7.194.553	6.789.338	5,97
1. Provisões Matemáticas	7.384.615	7.128.132	3,60
1.1. Benefícios Concedidos	8.156.362	7.911.664	3,09
Benefício Definido	8.156.362	7.911.664	3,09
1.2. Benefício a Conceder	567.033	577.402	(1,80)
Benefício Definido	567.033	577.402	(1,80)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.338.780)	(1.360.934)	(1,63)
(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar	(1.338.780)	(1.360.934)	(1,63)
(-) Patrocinador(es)	(200.885)	(207.173)	(3,04)
(-) Participantes	(73.965)	(78.475)	(5,75)
(-) Assistidos	(1.063.930)	(1.075.286)	(1,06)
2. Equilíbrio Técnico	(503.240)	(595.482)	(15,49)
2.1. Resultados Realizados	(503.240)	(595.482)	(15,49)
(-) Déficit Técnico	(503.240)	(595.482)	(15,49)
3. Fundos	8.047	6.878	17,00
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	8.047	6.878	17,00
4. Exigível Operacional	11.745	13.155	(10,72)
4.1. Gestão Previdencial	10.739	12.141	(11,55)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.006	1.014	(0,79)
5. Exigível Contingencial	293.386	236.655	23,97
5.1. Gestão Previdencial	292.077	234.980	24,30
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.309	1.675	(21,85)

Gerson Wlaidimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
PrevMais

DESCRIÇÃO	2022	2021	Varição (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.653.035	2.369.160	11,98
1. Provisões Matemáticas	2.542.233	2.278.168	11,59
1.1. Benefícios Concedidos	798.559	768.366	3,93
Contribuição Definida	358.424	350.043	2,39
Benefício Definido	440.135	418.323	5,21
1.2. Benefício a Conceder	1.743.674	1.509.802	15,49
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	819.397	698.586	17,29
Saldo de Contas - Parcela Participantes	833.712	711.027	17,25
Saldo de Contas - Parcela Participantes EFPC	265	129	105,43
Benefício Definido	90.300	100.060	(9,75)
2. Equilíbrio Técnico	94.008	63.075	49,04
2.1. Resultados Realizados	94.008	63.075	49,04
Superávit Técnico Acumulado	94.008	63.075	49,04
Reserva de Contingência	94.008	63.075	49,04
3. Fundos	14.222	25.759	(44,79)
3.1. Fundos Previdenciais	10.429	22.843	(54,34)
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	3.793	2.916	30,08
4. Exigível Operacional	2.209	2.145	2,98
4.1. Gestão Previdencial	1.552	1.434	8,23
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	657	711	(7,59)
5. Exigível Contingencial	363	13	2.692,31
5.1. Gestão Previdencial	363	13	2.692,31

Gerson Wladimir Falcucci
 Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
 Contador

1. Contexto Operacional

O **Economus - Instituto de Seguridade Social** (“Economus” ou “Entidade”), com sede na Rua Quirino de Andrade, nº 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, cuja autorização para funcionamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 2.204, DOU de 01/08/1980.

Em novembro de 2009, o Banco Nossa Caixa S.A. (BNC) foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A., que, desde então, passou a ser o patrocinador dos planos de previdência complementar e assistência à saúde.

O Economus é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, tendo como objetivo administrar planos de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV), exclusivamente para os empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., e do Economus.

Também opera planos de assistência à saúde, na modalidade de autogestão, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), registrados sob o nº 34.2611 e destinados a prover assistência médica aos empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., do Economus e aos beneficiários dos planos de assistência à saúde do Fundo Economus de Assistência Social (Feas).

Os recursos de que o Economus dispõe são oriundos de contribuições dos seus patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), participantes e assistidos, e dos rendimentos das aplicações desses recursos, que obedecem ao disposto em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Durante o exercício de 2022, o Economus efetuou diversas operações nos mercados financeiro e de capitais com o Banco do Brasil S.A. e com sua subsidiária BB Asset Management, além de outras instituições financeiras. Mantém ainda com o Banco do Brasil S.A. contrato de prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos de renda fixa e de renda variável.

As entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa da SRF nº 588, de 21/12/2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27/07/2006 e de 03/01/2013, respectivamente.

Planos Administrados

O Economus administra quatro planos de benefícios inscritos no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) e a partir de 2022 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Desses, três planos estão estruturados na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável. A atividade operacional do Instituto é registrada no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Plano Regulamento Complementar nº 1 - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.002-19, CNPJ 48.306.557/0001-81, destinado aos empregados do

Patrocinador Banco do Brasil admitidos originariamente pelo regime de CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/1951 e nº 4.819/1958, fechado para novas adesões desde 1997. Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para os dependentes dos participantes habilitados ao recebimento de pensão, sendo o benefício de pensão por morte de custeio da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil.

Plano Regulamento Complementar nº 2 - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.003-83, CNPJ 48.306.558/001-26, destinado aos empregados do Patrocinador Banco do Brasil, optantes pelo regime da CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, fechado para novas adesões desde 1997. Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para os dependentes dos participantes habilitados ao recebimento de pensão, sendo o benefício de pensão por morte de custeio da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Plano Regulamento Geral - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.001-38, CNPJ 48.306.556/0001-37, destinado aos empregados dos Patrocinadores Banco do Brasil e Economus, admitidos originariamente pelo regime da CLT, após 13 /05/1974. O plano encontra-se em extinção, fechado para novas adesões desde 2006. Além dos assistidos, ele conta com os participantes ativos que optaram pelo saldamento do benefício, com os participantes ativos que não efetuaram essa opção e ainda com participantes em benefício proporcional diferido. Assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada de aposentadorias, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-adicional e auxílio-doença, além do benefício de pecúlio por morte e por invalidez, estes dois últimos pagos em forma de prestação única.

Em 10/11/2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído por meio do Regulamento Geral para os empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S.A. O processo de saldamento também foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em 30/12/2005, pelo Ofício nº 2.713.

De forma concomitante ao saldamento, foi aprovado o Regulamento do Plano de Benefícios do PrevMais, em 05/07/2006, na modalidade de Contribuição Variável (CV), pelo Ofício nº 1.987.

Plano PrevMais - Plano instituído na modalidade de Contribuição Variável (CV), CNPB 20.060.034-29, CNPJ 48.307.319/0001-90, implantado quando da realização do processo de saldamento do Plano do Regulamento Geral, aberto para novas adesões, no qual o valor dos benefícios programados é definido com base no montante financeiro individual formado pelas contribuições acumuladas e respectivos resultados dos investimentos até a data da concessão. No momento da concessão do benefício de aposentadoria, o participante pode optar por um benefício de renda financeira ou vitalícia. Os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-funeral) são determinados com base no Salário de Benefício (SB) e no Padrão Previdenciário Economus (PPE, unidade de referência utilizada pelo Economus).

Plano de Gestão Administrativa - PGA - Tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, CNPJ 49.320.799/0001-92 na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, por intermédio da Ata nº 492, de 26/09/2019.

Quadro de Participantes

Em 31 de dezembro de 2022, o Economus possuía 22.953 participantes (23.192, em 2021), compostos da seguinte forma:

Descrição	Regulamento Complementar nº1		Regulamento Complementar nº2		Regulamento Geral		PrevMais	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos ^(a)	1.053	1.078	693	726	12	14	6.358	6.426
Aposentados	6	6	-	-	8.432	8.424	3.080	3.027
Pensões	3	3	3	3	700	662	186	179
Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)	-	-	-	-	10	10	113	8
Autopatrocinado - Não Saldado	-	-	-	-	-	-	34	46
Autopatrocinado - Saldado	-	-	-	-	-	1	3	6
Ativos - Optantes pelo Saldamento	-	-	-	-	2.055	2.177	-	-
Participantes em outras situações ^(b)	-	-	-	-	-	-	212	396
Total de Participantes	1.062	1.087	696	729	11.209	11.288	9.986	10.088

(a) Ativos em relação aos planos de benefícios.

(b) desligados que não manifestaram opção pelos institutos legais assegurados pelo plano; com contribuição suspensa; desligados do plano; aguardando concessão de benefício; aguardando concessão do Instituto; ou falecidos.

2. Base para Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Economus foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis aplicáveis às EFPC.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões (Previdencial, Administrativa e Assistencial) e o fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, conforme segue:

Gestão Previdencial: atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos de benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, bem como da mutação patrimonial do plano de benefícios.

Gestão Administrativa: atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios, de caráter previdencial e assistencial. A segregação das despesas administrativas entre as gestões previdencial e assistencial leva em consideração critérios preestabelecidos, aprovados pela Diretoria Executiva.

Gestão Assistencial: atividade de registro e de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios, de caráter assistencial, com registro na ANS tem como objetivo administrar planos de assistência à saúde.

Em atendimento à legislação vigente, o Economus está apresentando as informações financeiras dos planos assistenciais em separado, demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial (Nota Explicativa 18).

Investimentos: referem-se ao registro e controle das aplicações dos planos de benefícios de caráter previdencial e do PGA.

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, Regulamento Geral, PrevMais e do PGA. Cada plano de

benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

Conforme a legislação vigente, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

Balanco Patrimonial: Apresenta, de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS: Apresenta, de forma consolidada, as movimentações ocorridas no Patrimônio Social dos planos da Entidade;

Demonstração do Ativo Líquido – DAL: Apresenta, por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais dos planos da Entidade;

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL: Apresenta, por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido no exercício;

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA: Apresenta, de forma consolidada e por plano de benefícios, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as movimentações do fundo administrativo ocorridas no exercício;

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT: Apresenta, por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas no final do exercício;

Notas Explicativas: Apresenta as políticas contábeis significativas e dá outras informações.

Os quadros, as informações e os demonstrativos das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus atua. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Economus na elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como a legislação pertinente estão resumidas a seguir:

3.1. Premissas e Estimativas contábeis

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam premissas e estimativas por parte da Administração são: provisões para perdas em investimentos, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, o exigível contingencial (demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis), determinação de vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Administração revisa periodicamente essas estimativas e suas premissas.

3.2. Apuração do Resultado

Representa as adições e as deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, e as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas do fluxo dos investimentos, são escrituradas pelo regime contábil de competência, que estabelece a apuração

de resultado nos períodos em que ocorrem, independente do seu recebimento ou pagamento. Exceto o recebimento das contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (Plano PrevMais), que são registrados pelo regime de caixa.

3.3. Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados. Considera-se o plano de custeio, bem como os instrumentos de dívida do patrocinador Banco do Brasil dos Planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral, e do patrocinador Economus referente ao Regulamento Geral, relativos aos déficits técnicos equacionados e registrados no grupo “Operações Contratadas”.

3.4. Gestão Administrativa

Registra as contribuições para o custeio administrativo a receber dos patrocinadores, participantes, autopatrocinados e assistidos, os valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

3.5. Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes.

3.5.1. Títulos Públicos e Ativos Financeiros de Crédito Privado.

São lastreadas em títulos públicos e ativos financeiros de créditos privados emitidos por instituições financeiras ou por empresas, as quais são registradas inicialmente pelo custo, inclusive corretagem e emolumentos, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro-rata até o encerramento do balanço e deduzido, quando aplicável, das provisões para perdas. Possuem remuneração paga em intervalos de tempo e em condições predefinidas. Os títulos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes são reconhecidos a débito de "Deduções/Variações Negativas" (despesa).

Os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.5.2. Fundos de Investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das Demonstrações Contábeis do Economus, conforme determinado e informado pelos seus respectivos administradores na CVM.

3.5.3. Investimentos em Imóveis

São registrados ao custo de aquisição ou construção e são ajustados por meio de avaliações anuais a valor de mercado, conforme legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos,

são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com legislação específica da Previc.

Os valores dos imóveis são com base em laudo de avaliação elaborado por terceiros. As avaliações estão em conformidade com as determinações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e com as Normas Brasileiras (NBR) para Avaliações de Bens Imóveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3.5.4. Operações com Participantes

São operações com empréstimos a participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. O registro é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme Nota Explicativa 3.8.

3.5.5. Depósitos Judiciais e Recursais de Investimentos

Têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores em processos judiciais relativos às contingências dos investimentos na fase de cumprimento de sentença.

3.5.6. Recursos a Receber de Precatórios

Precatórios são formalizações de requisições de pagamentos expedidos pelo Judiciário para cobrar da União o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva.

Considerando a Resolução CNPC nº 43/2021, combinada com as orientações contidas no Ofício Circular nº 19/2022 enviado pela Previc, o precatório do Economus foi classificado como “títulos para negociação”, com a “adoção de técnica ou modelo de precificação” como metodologia para a determinação do “valor de mercado” ou “valor justo”.

O cálculo do Valor Justo considerará o inciso “II”, do § 2º, do art. 31, da Resolução CNPC nº 43/2021, combinado com a orientação contida na letra “F”, do item 5, do Ofício Circular Previc nº 19/2022.

A metodologia aplicada no cálculo do Valor Justo inicia-se pela estimação do valor futuro do precatório, por meio de sua correção pelo IPCA, até a data-base dezembro de 2027, e, posteriormente, realizar o cálculo a valor presente, descontando-o pela Taxa Mínima Atuarial do Plano de Benefícios Regulamento Geral (INPC + 4,75% a.a).

3.5.7. Outros Realizáveis

Têm por finalidade registrar as aplicações efetuadas pelo plano em outras modalidades de investimentos, decorrentes de Depósito judicial feito para garantir ao Economus o direito a bônus de subscrição da Ambev.

3.6. Imobilizado e Intangível

O imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos. São registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

O intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à

manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos. Os softwares constituem o ativo intangível e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Os gastos registrados no intangível (abrange pelo CPC 04 (R1)) são apresentados pelo valor aplicado e amortizado no prazo estabelecidos pelo valor aplicado e amortizado no prazo estabelecido pela área técnica, tomando como base premissas razoáveis e comprováveis, que representem a melhor estimativa da Administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

As seguintes alíquotas anuais são aplicadas:

Imobilizado: a depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios; 20% para máquinas e equipamentos, *hardware*, exceto celulares e *tablets*, que são depreciados em 18 meses, de acordo com os normativos internos.

Intangível: é composto por softwares, amortizado pelo método linear com taxa anual de 20%.

3.7. Provisão para Perdas e Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões para Perdas e para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para as operações com participantes ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do respectivo segmento do ativo. Dessa forma, os investimentos foram apresentados pelo seu valor líquido.

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa nas operações com participantes, segundo critérios definidos no artigo 19, da Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, e alterações posteriores:

- I. Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II. Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- III. Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- IV. Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- V. Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- VI. Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- VII. Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

3.8. Gestão Assistencial

São registrados os recursos referentes aos serviços assistenciais à saúde, de forma segregada dos recursos dos demais planos de benefícios administrados pelo Economus, e seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

3.9. Exigível Operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão (previdencial, administrativa e dos investimentos) pelo custo, mais as atualizações monetárias incorridas, quando aplicável. São decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, salários dos funcionários do Economus, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

3.10. Exigível Contingencial

Decorrente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e tributárias.

Essas contingências levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados em notas explicativas, sem que sejam registrados;
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação nas demonstrações contábeis.

O critério de provisão das ações judiciais foi atualizado em 2022, a fim de buscar maior alinhamento com o Pronunciamento Técnico CPC 25 e unificação da regra para processos que tramitam na esfera administrativa, Justiça do Trabalho e na Justiça Comum (cíveis, administrativos e tributários). Com a atualização do critério, a classificação da perspectiva de perda passa a levar em consideração não apenas a jurisprudência e resultado da ação, mas também a opinião dos advogados, a legislação e os fatos do processo.

Em relação ao critério quantitativo, passa a considerar a melhor estimativa de desembolso, acarretando a reversão da provisão de processos que tinham como objeto apenas a obrigação de fazer, e não a obrigação de pagar, e a adequação ou aumento dos processos que pedem que o Economus pague a condenação, os quais passam a ser periodicamente revistos conforme fatos relevantes do processo, especialmente quando da sentença ou acórdão.

Então, a regra geral é que a provisão leva em consideração a melhor estimativa de desembolso, nos termos das normas vigentes, e quando não houver elementos para o cálculo, que ocorre para um tipo de processo recorrente, é provisionado o valor médio de desembolso dos três últimos anos.

Em relação às ações trabalhistas e cíveis envolvendo participantes vinculados ao Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2, a provisão do Economus limita-se aos respectivos depósitos judiciais e o registro na contingência no mesmo montante.

As provisões são efetuadas mensalmente e revisadas, no mínimo, a cada encerramento do exercício. A Administração avalia que as provisões constituídas para os processos judiciais são suficientes para a cobertura das eventuais perdas, consubstanciada na opinião dos seus advogados, estando de acordo com a metodologia e os critérios estabelecidos em relação às decisões desfavoráveis ao Economus.

3.10.1. Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da possibilidade de recebimento ou compensação, são reconhecidos como ativo.

3.11. Patrimônio Social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano. O patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura dos planos e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

3.11.1. Provisões Matemáticas

Nos cálculos atuariais dos planos administrados pelo Economus são adotados regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais em consonância com a legislação vigente, e a modalidade do plano, adequados ao perfil da massa de participantes e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelos planos de benefícios.

Tanto os regimes financeiros quanto os métodos de financiamento estão dispostos nos pareceres e notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do plano, também chamadas de reservas matemáticas no parecer atuarial, correspondem ao valor apurado atuarialmente pelos atuários externos, para o pagamento dos benefícios previstos no Regulamento:

Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos

Registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pelo plano de benefícios aos aposentados e pensionistas em gozo de benefícios.

Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder

- **Contribuição definida:** registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, referente às parcelas de contribuição dos participantes e patrocinadores, deduzida a taxa de carregamento e a contribuição para cobertura de benefícios de risco (morte e invalidez), acrescidas da rentabilidade líquida do plano.
- **Benefício definido:** registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros e o valor atual das contribuições que os patrocinadores e os participantes irão recolher à Entidade.

(-) Provisões Matemáticas a Constituir

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos equacionamentos de déficit observados nos exercícios de 2005, 2015 e 2017, de acordo com o Plano Anual de Custeio, que estão sendo amortizados por participantes, assistidos e patrocinadores.

A partir de janeiro/2021, conforme legislação vigente, os Planos de Benefício Regulamento Complementar nº 1 (déficit de 2015) e Regulamento Geral (déficit de 2015 e 2017), transferiram a parcela da dívida do patrocinador Banco do Brasil para o Ativo no grupo “Operações Contratadas”, pois, possuem instrumento de dívida. E em junho/2022, após assinatura do contrato de dívida, houve a transferência da parcela da dívida do patrocinador Economus do plano Regulamento Geral.

3.11.2. Equilíbrio técnico

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício). O Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O cálculo do Superávit/Déficit Técnico Acumulado e o respectivo registro em Reserva de Contingência são contabilizados de acordo com a norma do CNPC e da Previc.

Reserva de Contingência: registra o valor do Superávit Técnico até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, com o objetivo de oferecer garantia para os benefícios do Plano.

Reserva Especial para revisão do Plano: registra o valor do Superávit Técnico que exceder ao valor da Reserva de Contingência, com o objetivo de ser utilizado em até 3 (três) exercícios consecutivos, na revisão do plano de benefícios.

Déficit Técnico: registra a insuficiência patrimonial dos planos de benefícios.

3.11.3. Fundos

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

Fundos Previdenciais: Aplicado ao Plano PrevMais (CV) dado a sua característica, o fundo previdencial é composto pelo fundo de reversão, constituído por parcelas patronais não resgatáveis de participantes.

Fundos Administrativos: É constituído pelas receitas administrativas líquidas das despesas, adicionado ao rendimento auferido dos investimentos e das contingências contabilizados no grupo de contas da Gestão Administrativa.

Fundos para Garantia das Operações com Participantes: É constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse montante será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como para o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis.

3.12. Custeio Administrativo

Os recursos da gestão administrativa são provenientes do custeio administrativo, aprovado por meio do plano anual de custeio dos planos de previdência, e do custeio administrativo dos investimentos.

As sobras, bem como eventuais resultados negativos originados no fluxo de recursos administrativos, são incorporados ao Fundo Administrativo.

A partir de abril de 2022, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- **Plano Regulamento Complementar nº 1**: correspondente à contribuição de 0,60% (0,60%, em 2021) dos salários reais de participação dos participantes ativos e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de

salário real de participação.

- **Plano Regulamento Complementar nº 2:** correspondente à contribuição de 0,90% (0,90%, em 2021) dos salários reais de participação de participantes ativos e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação.
- **Plano Regulamento Geral:** correspondente à contribuição de 0,65% (0,65%, em 2021) dos salários reais de participação (Ativos não optantes pelo Saldamento), Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefício proporcional saldado (optantes pelo Saldamento) e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado dos patrocinadores. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição corresponde a 1,30% (1,30%, em 2021) do salário real de participação ou benefício saldado;
- **Plano PrevMais:** correspondente à cobrança de contribuição de 0,45% (0,45%, em 2021) sobre o salário de benefício dos participantes e assistidos. A contribuição dos patrocinadores é paritária à dos participantes e assistidos. Para os participantes autopatrocinados e optantes pelo BPD, a contribuição corresponde a 0,90%.
- **Custeio Administrativo de Investimentos:** correspondente à cobrança de 0,15% (0,15%, em 2021) sobre os recursos garantidores de cada plano de benefícios administrado.

3.13. Apresentação dos Efeitos da Consolidação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a instrução Previc nº 31, de 20/08/2020 e alterações posteriores. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores do fundo administrativo nos planos previdenciais.

O Economus, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022, anulou as seguintes operações:

Descrição	2022	2021
ATIVO	125.833	104.278
Realizável	125.833	104.278
Gestão Administrativa	125.833	104.278
PASSIVO	(125.833)	(104.278)
Fundos	(125.833)	(104.278)
Fundos Administrativos	(125.833)	(104.278)

4. Gestão de Riscos

O Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do Economus é o conjunto de instrumentos institucionais tem o propósito de assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização, subsidiando a tomada de decisão, contribuindo para o aprimoramento dos processos e mitigando a ocorrência de possíveis desvios.

A gestão dos riscos do Economus fundamenta-se em estrutura funcional aderente aos objetivos do Instituto, com atribuição de responsabilidades e segregação de funções formalmente estabelecidas, minimizando a possibilidade de potenciais conflitos de interesses.

Os modelos adotados para a gestão dos riscos estão sustentados por diretrizes, regras e procedimentos operacionais formalmente estabelecidos em normativos internos e estão alinhados à estrutura de governança do Economus. As metodologias utilizadas têm como base teorias e

modelos consolidados, observadas as peculiaridades do segmento de previdência complementar.

O processo de gestão dos riscos observa, no mínimo, as seguintes categorias de risco, embora não limitada a essas, conforme definido no Guia de Melhores Práticas, publicado pela Previc: risco operacional, risco de mercado, risco de crédito, risco atuarial e risco legal.

4.1. Risco Operacional

É o risco de perdas diretas ou indiretas resultantes das falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, de pessoas ou de sistemas informatizados, ou ainda da ocorrência de eventos externos.

O gerenciamento dos riscos operacionais dos processos do Economus tem o objetivo de prevenir ameaças ou mitigar a materialização de evento de perda operacional que possa impactar na capacidade de alcançar seus objetivos, podendo ocasionar prejuízos financeiros e gerenciais. Constitui-se em modelos e melhores práticas de Gestão Baseada em Riscos (GBR) e de Sistemas de Controles Internos (SCI), observadas as legislações e especificidades do segmento de previdência complementar. Os riscos operacionais são continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados, sendo o nível de exposição mensurado sob a ótica da frequência e severidade e formalizado em matriz de riscos.

4.2. Risco de Mercado

É o risco de perdas decorrentes de flutuações nos preços dos fatores de mercado que afetam os valores dos ativos financeiros, tais como: perdas no valor da carteira em função de mudanças nos preços, nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos índices, nos derivativos e/ou commodities.

Para o gerenciamento do risco de mercado, são calculadas diversas métricas para todos os fundos, como VaR, duration e tracking error. Essa gestão também inclui testes de estresse, que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e/ou prospectivos. Ainda, a gestão do risco de mercado agrega testes de aderência do modelo de VaR (*backtesting*), com o intuito de aferir a eficácia e a efetividade da metodologia frente aos resultados observados.

Em 2022 todos os limites de risco de mercado foram respeitados para todos os segmentos.

4.3. Risco de Crédito

Caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência nos instrumentos e contratos financeiros, da excessiva concentração em operações com determinadas contrapartes ou segmentos de mercado ou, ainda, da degradação na qualidade das garantias recebidas em contratos, como, por exemplo, aquelas decorrentes da qualidade do crédito, atribuída à contraparte em casos de rebaixamento de rating de um emissor de títulos ou default.

A gestão do risco de crédito utiliza-se de comitês que atuam, primordialmente, avaliando as condições de mercado e apresentando propostas de apetite ao risco à Governança do Instituto, bem como revendo políticas e práticas de controle.

Ao longo de 2022 os planos não realizaram operações classificadas como alto risco de crédito. Os Comitês de Gestão de Risco e Investimentos, acompanham o desempenho dos papéis e seus respectivos ratings estabelecidos pelas principais agências de classificação de risco.

4.4. Risco Atuarial

A gestão do risco atuarial exige conhecimento prévio dos fatores que podem resultar em volatilidade nos resultados de determinado plano de benefícios. Em linha com os princípios da Supervisão Baseada em Risco – SBR, o Economus emprega um conjunto de ações e processos para monitorar e avaliar quantitativamente e qualitativamente os potenciais riscos atuariais, adotando alternativas estratégicas para minimizar seus potenciais impactos.

O processo de Gestão do Risco Atuarial do Economus mapeia e identifica os riscos inerentes ao passivo atuarial, substanciado na realidade de cada plano de benefícios, dado pelas hipóteses atuariais (biométricas, demográficas, econômico e financeiras), regimes financeiros e métodos de financiamento, base cadastral, bem como pela precificação de ativo e passivo.

4.5. Risco Legal ou de Enquadramento

O risco legal ou de enquadramento caracteriza-se pelo não cumprimento das leis vigentes e aplicáveis à Entidade, assim como também está vinculado à mensuração e quantificação da aderência das carteiras de investimentos e das ações do Instituto com sociedade e fornecedores aos dispositivos legais, o que pode gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O principal objetivo de Gestão de Risco Legal é assegurar que a Entidade está cumprindo adequadamente as normas e regras que incidem direta ou indiretamente sobre as suas atividades.

O Economus controla a conformidade legal e o enquadramento, por meio do constante monitoramento de eventuais desenquadramentos dos investimentos em relação aos limites estabelecidos na regulamentação para o nosso segmento e pelas Políticas internas.

4.6. Gerenciamento dos Riscos do Economus em 2022

No gerenciamento dos seus riscos, o Economus retomou os Testes Segregados de Controle a partir dos mapas de processo, contribuindo para que a Matriz de Risco do Instituto não ficasse vinculada a tradicional metodologia “self assessment”. A unidade adentrou aos processos de cada unidade, formando opiniões baseadas em evidências, ampliando as análises e melhorando a marcação dos riscos na Matriz, aderentes à realidade.

Atividades que podem gerar prejuízos operacionais também foram alvo de ações de testes contínuos, que procuram mitigar, através de amostragens, eventuais problemas que levem a erros operacionais, falhas de customizações ou até mesmo eventuais fraudes ou desvios.

As ações para mitigação dos riscos tecnológicos também merecem destaque. Abaixo, descrevemos as principais ações em relação as forças tarefas empregadas para a eliminação de vulnerabilidades em Cibersegurança ao longo do ano.

Ambiente interno: Execução periódica de escaneamento de vulnerabilidades, implantação de ferramentas para monitoramento da segurança do ambiente, modernização da ferramenta de antivírus, implantação do monitoramento de ameaças (*threat intelligence*), implantação de ferramenta de gestão de patches, eliminação de vulnerabilidades encontradas durante o escaneamento de vulnerabilidades, ampliação da segurança do ambiente com a realização de ações pontuais com equipe de especialista em segurança.

Ambiente Externo: Realização periódica de Pentest, atualização da tecnologia do portal

Economus, contratação de site WAF (*Web Application Firewall*) externo.

Relação com fornecedores (Cibersegurança): avaliação de Scorecard de segurança de sites e implantação de checklist para avaliação de maturidade em Cibersegurança de possíveis fornecedores no processo de compras; foram implantados controles como criptografia de notebooks, controle de USB.

Estas ações de *Cibersegurança* tem um efeito positivo na prevenção de incidentes relacionados à dados. O Economus segue também, digitalizando todo seu acervo de arquivos, protegendo cada vez mais os dados de seus beneficiários, segurados, colaboradores e parceiros e reduzindo o consumo/guarda de papel.

Compliance: O Instituto monitora a Agenda de Obrigações Legais e Institucionais do Economus, bem como aponta novas legislações publicadas para o segmento previdencial. Em caso de não cumprimento, o sistema emite um relatório de atraso para as unidades que, eventualmente, tenham infringido alguma obrigação legal, sendo seu reporte efetuado no Comitê de Gestão de Riscos.

As Obrigações Legais do Instituto são cadastradas, mantidas e acompanhadas diariamente em sistema específico para sua gestão. Nenhuma obrigação legal e institucional apresentou atraso em sua execução durante todo o ano de 2022.

5. Realizável da Gestão Previdencial

Apresentamos abaixo, o realizável da gestão previdencial que registra, além das contribuições normais, adiantamentos, depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial, valores a receber em processo de conciliação no patrocinador.

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Contribuições do Mês^(a)	8	28	20	25	7.840	7.227	153	135	8.021	7.415
Patrocinadores	1	3	-	-	7.238	6.841	150	132	7.389	6.976
Participantes	7	25	20	25	590	373	3	3	620	426
Autopatrocinaados	-	-	-	-	12	13	-	-	12	13
Operações Contratadas^(b)	3.063	3.781	-	-	937.011	946.589	-	-	940.074	950.370
Déficit de 2015 - Patrocinador	3.063	3.781	-	-	114.717	122.939	-	-	117.780	126.720
Déficit de 2017 - Patrocinador	-	-	-	-	822.294	823.650	-	-	822.294	823.650
Adiantamentos	-	-	154	240	1.262	2.171	28	46	1.444	2.457
Depósitos Judiciais^(c)	11.389	11.264	2.782	3.873	138.831	109.922	348	-	153.350	125.059
Demais Realizáveis^(d)	778	778	50	51	53	44	-	13	881	886
Total da Gestão Previdencial	15.238	15.851	3.006	4.189	1.084.997	1.065.953	529	194	1.103.770	1.086.187

(a) Trata-se de contribuições normais dos participantes ativos, cujos valores são descontados em folha de pagamento e repassados pelos patrocinadores até o quinto dia útil do mês seguinte. Nesse grupo contábil, também são registradas as contribuições dos participantes assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefício Definido.

(b) A partir de 2021, para o patrocinador Banco do Brasil e 06/2022 para o patrocinador Economus, os instrumentos de dívidas relativos aos financiamentos de déficit técnico equacionado são registrados contabilmente no grupo "Operações Contratadas", no "Realizável da Gestão Previdencial". Os prazos de amortização, bem como o saldo devedor são descritos na Nota Explicativa 12.4.1.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(d) Compostos, principalmente, pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, no montante de R\$ 822 (R\$ 822, em 2021).

6. Realizável da Gestão Administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

Descrição	2022	2021
Contas a Receber	12.400	11.963
Contribuições para o Custeio do Mês	1.255	3.016
Responsabilidade dos Empregados	153	121
Outros Recursos a Receber	10.992	8.826
Taxa Administrativa da Folha dos Aposentados	-	1.229
Taxa Administrativa dos Empréstimos a Participantes	127	124
Transferência entre Administrativos ^(a)	2.379	2.572
Outros Valores a Receber dos Planos de Benefícios	68	151
Reembolsos Judiciais do Regulamento Complementar n° 1 e n° 2 ^(b)	8.418	4.750
Despesas Antecipadas	11	10
Depósitos Judiciais/Recursais ^(c)	23.417	17.328
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.080	994
Total da Gestão Administrativa	36.908	30.295

(a) Repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2022.

(b) Compostos pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar n° 1 e n° 2.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

7. Realizável de Investimentos

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Ativos Financeiros de Crédito Privado, Renda Variável, Fundos de Investimento, Investimentos em Imóveis, Operações com Participante, Depósitos Judiciais/Recurrais e Outros Realizáveis dos Investimentos. Alcançou o montante de R\$ 9.019.064 (R\$ 8.317.242, em 2021), a seguir demonstrado.

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Títulos Públicos Federais	59.179	54.149	45.395	38.976	5.059.346	4.610.815	596.873	529.755	8.520	7.547	5.769.313	5.241.242
Notas do Tesouro Nacional (Tesouro IPCA)	59.179	54.149	45.395	38.976	5.059.346	4.610.815	596.873	529.755	-	-	5.760.793	5.233.695
Letras Financeiras do Tesouro (Tesouro Selic)	-	-	-	-	-	-	-	-	8.520	7.547	8.520	7.547
Ativos Financeiros de Crédito Privado	6.719	5.922	2.410	2.140	147.745	153.520	344.196	432.322	8.645	7.570	509.715	601.474
Letras Financeiras - LF	6.398	5.618	2.153	1.896	147.745	153.520	327.302	326.990	8.645	7.570	492.243	495.594
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	-	-	-	-	-	-	80.792	-	-	-	80.792
Debêntures de Empresa S.A. Aberta	321	304	257	244	-	-	16.894	24.540	-	-	17.472	25.088
Fundos de Investimentos	5.463	3.268	5.356	4.846	639.373	724.061	1.552.110	1.246.700	102.168	86.738	2.304.470	2.065.613
Fundo de Renda Fixa	5.463	3.268	5.356	4.846	183.115	136.956	1.390.734	1.076.397	102.168	86.738	1.686.836	1.308.205
Fundo de Ações	-	-	-	-	356.300	451.279	157.894	164.406	-	-	514.194	615.685
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	-	-	-	-	88.790	118.026	3.482	5.897	-	-	92.272	123.923
Fundo de Investimento Imobiliário - FII	-	-	-	-	12.558	19.035	-	-	-	-	12.558	19.035
(-) Perdas Estimadas - FIP	-	-	-	-	(1.390)	(1.235)	-	-	-	-	(1.390)	(1.235)
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	141.973	141.363	-	-	-	-	141.973	141.363
Operações com Participantes (Empréstimos)	9.100	9.513	4.068	4.241	88.410	88.319	159.316	160.180	-	-	260.894	262.253
Depósitos Judiciais/Recurrais	-	-	-	-	1.309	1.664	-	-	-	-	1.309	1.664
Recursos a Receber - Precatórios	-	-	-	-	27.471	-	-	-	-	-	27.471	-
Outros Realizáveis - Investimentos	-	-	-	-	3.919	3.633	-	-	-	-	3.919	3.633
Total dos Investimentos	80.461	72.852	57.229	50.203	6.109.546	5.723.375	2.652.495	2.368.957	119.333	101.855	9.019.064	8.317.242

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, utilizando o Banco do Brasil S.A. como prestador de serviços de custódia qualificada e controladoria, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda, devidamente habilitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 37, de 13/03/2020, os investimentos classificados na categoria Títulos para negociação podem ser negociados, independentemente do prazo de vencimento do título, e são avaliados diariamente a valor de mercado, conforme divulgação de preços pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) ou provedor de preços contratado pelo Economus (Pop BR), e seus efeitos são reconhecidos no resultado do exercício (Demonstração da Mutação do Patrimônio Social).

Em 2022, houve reclassifica o entre as categorias "Títulos mantidos até o Vencimento" para "Títulos para Negocia o" no Plano Regulamento Geral, com objetivo de aquisi o de outros "Títulos mantidos até o Vencimento", com datas de vencimento superiores aos títulos alienados. Tal opera o, realizada em consonância   com a referida Resolu o CNPC n  43/2021, será detalhada em t pico específico (Nota Explicativa 7.1.3).

Os Fundos de Investimentos são avaliados com base no valor das cotas, divulgadas diariamente pelos respectivos administradores.

Custódia dos Investimentos

Os títulos públicos são custodiados na Selic, as a o es e os títulos privados são custodiadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão), e as cotas de fundo de investimentos nas seguintes institui o es:

- Banco Bradesco S.A.;
- Brl Trust Distribui o de Títulos e Valores Mobiliários;
- Banco do Brasil S.A.;
- Banco BNP Paribas Brasil S/A;
- BNY Mellon Banco S.A.;
- Banco Daycoval S.A.
- Caixa Econ mica Federal; e
- Itaú Unibanco S.A.;

7.1 Títulos Públicos

Descri�o	2022	2021
Regulamento Complementar n� 1	59.179	54.149
Notas do Tesouro Nacional - Série B	59.179	54.149
Regulamento Complementar n� 2	45.395	38.976
Notas do Tesouro Nacional - Série B	45.395	38.976
Regulamento Geral	5.059.346	4.610.815
Notas do Tesouro Nacional - Série C	565.315	838.267
Notas do Tesouro Nacional - Série B	4.494.031	3.772.548
PrevMais	596.873	529.755
Notas do Tesouro Nacional - Série B	596.873	529.755
PGA	8.520	7.547
Letras Financeiras do Tesouro (Tesouro Selic)	8.520	7.547
Total dos Títulos Públicos	5.769.313	5.241.242

7.1.1 Títulos Públicos Mantidos até Vencimento

Descrição	2022			2021
	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado	Valor do papel na curva / Contábil
Regulamento Complementar nº 1			41.751	47.351
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	3.074	12.522	13.257
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	1.520	6.114	7.289
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	3.458	13.643	16.097
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	2.377	9.472	10.708
Regulamento Complementar nº 2			35.340	36.991
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	400	1.621	1.607
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	710	2.881	2.867
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2028	82	332	336
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	5.187	21.130	22.310
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2032	262	1.063	1.050
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	2.086	8.313	8.821
Regulamento Geral			4.579.862	4.937.270
Notas do Tesouro Nacional - Série C	01/01/2031	81.000	734.220	565.315
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	10.000	40.522	40.335
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	19.680	79.867	79.386
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	15.000	61.104	58.300
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	149.320	597.049	608.691
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	42.239	169.910	181.153
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	314.548	1.240.978	1.477.810
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	415.617	1.656.212	1.926.280
PrevMais			418.680	441.338
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2023	10.000	40.266	40.101
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	6.100	24.756	24.664
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	2.500	10.184	9.997
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	3.835	15.334	14.819
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	17.697	69.820	71.180
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	64.824	258.320	280.577
Total			5.075.633	5.462.950

A Administração do Economus manifesta a intenção de manter esses títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, os planos de benefício, de capacidade financeira, como tem sido atestado pela Consultoria Atuarial por ocasião da elaboração dos testes de aderência. São elaborados estudos gerenciais internos com software de “gestão de ativos e passivos” (ALM), que simulam cenários confrontando os fluxos esperados de receitas (financeiras e previdenciais) e de despesas previdenciais, com as necessidades de liquidez dos planos administrados pelo Economus, no curto, médio e longo prazos.

7.1.2 Títulos Públicos para Negociação

Descrição	2022			2021
	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado / Contábil	Valor de Mercado / Contábil
Regulamento Complementar nº 1			11.828	12.178
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	2.998	11.828	12.178
Regulamento Complementar nº 2			8.404	8.652
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	2.130	8.404	8.652
Regulamento Geral			122.076	94.522
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	7.525	30.270	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	23.270	91.806	94.522
PrevMais			155.535	160.134
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	39.423	155.535	160.134
PGA			8.520	7.547
Letras Financeiras do Tesouro (Tesouro Selic)	01/09/2025	676	8.520	7.547
Total dos Títulos Públicos			306.363	283.033

7.1.3 Negociação dos Títulos Públicos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o vencimento”

No exercício de 2022, foi realizado alongamento da carteira de Títulos Públicos, com alienação de 45.000 quantidades de NTN-C pertencentes à carteira do plano de benefícios Regulamento Geral com resultado positivo de R\$ 135.221, e aquisição de 109.130 quantidades de NTN-B, conforme indicado a seguir:

Regulamento Geral							
Título	Data	Quantidade	Curva		Mercado		Resultado
			Taxa	Valor	Taxa Média	Valor	
NTN-C 2031	jan/22	25.000	10,12%	158.655	4,45%	231.383	72.728
NTN-C 2031	jun/22	15.000	10,12%	107.048	4,22%	154.134	47.086
NTN-C 2031	jul/22	5.000	10,12%	34.117	4,39%	49.524	15.407
Total		45.000		299.820		435.041	135.221

Aquisição das NTN-B para alongamento dos títulos públicos federais do plano de benefícios Regulamento Geral, conforme indicado abaixo:

Regulamento Geral				
Título	Data	Quantidade	Curva	
			Taxa	Valor
NTN-B 2035	jan/22	59.080	5,63%	233.763
NTN-B 2035	jun/22	37.650	5,70%	154.687
NTN-B 2035	jul/22	12.400	6,12%	49.257
Total		109.130		437.707

A operação realizada proporciona maior equilíbrio estrutural para o plano em médio e longo prazos, pois minimizou o risco de descasamento dos indicadores de correção entre o ativo e passivo e incrementou o casamento dos fluxos de caixa, além de agregar resultado positivo em termos de valor presente líquido, observadas as condições de mercado na efetivação.

7.2 Ativos Financeiros de Crédito Privado

Descrição	2022	2021
Regulamento Complementar nº 1	6.719	5.922
Letras Financeiras - LF	6.398	5.617
Debêntures de Empresas S.A. Aberta	321	305
Regulamento Complementar nº 2	2.410	2.140
Letras Financeiras - LF	2.153	1.896
Debêntures de Empresas S.A. Aberta	257	244
Regulamento Geral	147.745	153.520
Letras Financeiras - LF	147.745	153.520
PrevMais	344.196	432.322
Letras Financeiras - LF	327.302	326.989
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	80.792
Debêntures de Empresas S.A. Aberta	16.894	24.541
PGA	8.645	7.570
Letras Financeiras - LF	8.645	7.570
Total dos Ativos Financeiros de Crédito Privado	509.715	601.474

7.2.1 Títulos Privados Mantidos até Vencimento

Descrição	2022				2021		
	Emissor	Risco de Crédito	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado	Valor Contábil	
Regulamento Complementar nº 1					3.476	3.551	3.149
Letras Financeiras					3.168	3.230	2.844
Letra Financeira	SAFRA	AAA	27/07/2023	3	3.168	3.230	2.844
Debêntures					308	321	305
Debênture	ECORODOVIAS	AA	15/04/2026	250	308	321	305
Regulamento Complementar nº 2					2.390	2.410	2.140
Letras Financeiras					2.144	2.153	1.896
Letra Financeira	SAFRA	AAA	27/07/2023	2	2.144	2.153	1.896
Debêntures					246	257	244
Debênture	ECORODOVIAS	AA	15/04/2026	200	246	257	244
Regulamento Geral					144.092	145.376	151.433
Letras Financeiras					144.092	145.376	151.433
Letra Financeira	SAFRA	AAA	25/08/2022	-	-	-	23.252
Letra Financeira	VOTORANTIM	AAA	20/04/2023	14	23.636	23.543	20.522
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	24/04/2023	94	35.014	35.054	31.097
Letra Financeira	SAFRA	AAA	25/04/2023	8	30.233	30.257	26.594
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	04/08/2023	15	32.257	32.231	28.420
Letra Financeira	SAFRA	AAA	23/02/2027	25	22.952	24.291	21.548
PrevMais					341.375	340.115	428.734
Letras Financeiras					324.604	323.221	323.401
Letra Financeira	SAFRA	AAA	25/08/2022	-	-	-	40.078
Letra Financeira	VOTORANTIM	AAA	20/04/2023	54	51.615	51.401	44.816
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	24/04/2023	5	1.862	1.865	1.654
Letra Financeira	SAFRA	AAA	25/04/2023	25	42.807	42.813	37.701
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	05/07/2023	105	88.010	87.729	77.164
Letra Financeira	VOTORANTIM	AAA	11/11/2023	40	140.310	139.413	121.988
DPGE							80.792
DPGE	BMG	A	06/05/2022	-	-	-	26.895
DPGE	DAYCOVAL	AA	06/05/2022	-	-	-	26.732
DPGE	PARANABANCO	AA	06/05/2022	-	-	-	27.165
Debêntures					16.771	16.894	24.541
Debênture	CCRO	AA	15/11/2022	-	-	-	2.227
Debênture	ECORODOVIAS	AAA	15/11/2022	-	-	-	2.226
Debênture	LORT	AAA	15/02/2023	550	2.966	2.965	5.697
Debênture	SA BESP	AAA	15/02/2023	1.325	698	698	1.363
Debênture	CCRO	AA	15/11/2024	4.400	4.488	4.483	4.457
Debênture	LORT	AAA	15/02/2025	550	5.541	5.534	5.526
Debênture	ECORODOVIAS	AA	15/04/2026	2.500	3.078	3.214	3.045
PGA					8.677	8.645	7.570
Letras Financeiras					8.677	8.645	7.570
Letra Financeira	VOTORANTIM	AAA	20/04/2023	5	4.486	4.467	3.895
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	05/07/2023	5	4.191	4.178	3.675
Total					500.010	500.097	593.026

Todos os ativos financeiros são classificados como baixo risco de crédito, os quais são definidos pela nota (rating) emitida pelas principais agências classificadoras de risco de crédito (Moody's Investor Service - Moody's; Standard & Poor's Global Ratings - Standard & Poor's; e Fitch Ratings - Fitch).

7.2.2 Títulos Privados para Negociação

Descrição	2022				2021		
	Emissor	Risco de Crédito	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado	Valor Contábil	
Regulamento Complementar nº 1					3.168	3.168	2.773
Letras Financeiras					3.168	3.168	2.773
Letra Financeira	SAFRA	AAA	25/04/2023	0,8383	3.168	3.168	2.773
Regulamento Geral					2.369	2.369	2.087
Letras Financeiras					2.369	2.369	2.087
Letra Financeira	VOTORANTIM	AAA	20/04/2023	0,4829	815	815	725
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	24/04/2023	0,2857	106	106	94
Letra Financeira	SAFRA	AAA	25/04/2023	0,3832	1.448	1.448	1.268
PrevMais					4.081	4.081	3.588
Letras Financeiras					4.081	4.081	3.588
Letra Financeira	VOTORANTIM	AAA	20/04/2023	0,5171	873	873	777
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	24/04/2023	0,7143	266	266	236
Letra Financeira	SAFRA	AAA	25/04/2023	0,7784	2.942	2.942	2.575
Total					9.618	9.618	8.448

7.3 Fundo de Investimentos

Descrição	2022	2021
Regulamento Complementar nº 1	5.463	3.268
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	5.463	3.268
Regulamento Complementar nº 2	5.356	4.846
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	5.356	4.846
Regulamento Geral	639.373	724.061
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	183.115	136.956
Fundo de Ações (Fundo Exclusivo ECO STOCKS FIC FIA)	356.300	451.279
Fundo de Investimento em Participações	88.790	118.026
Fundo de Investimento Imobiliário - FII	12.558	19.035
(-) Perdas Estimadas - Fundos de Investimento	(1.390)	(1.235)
PrevMais	1.552.110	1.246.700
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	1.390.734	1.076.397
Fundo de Ações (Fundo Exclusivo ECO STOCKS FIC FIA)	157.894	164.406
Fundo de Investimento em Participações	3.482	5.897
PGA	102.168	86.738
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	102.168	86.738
Total dos Fundos de Investimentos	2.304.470	2.065.613

7.3.1 Fundos de Renda Fixa e Ações – Fundos Exclusivos

Em 31 de dezembro de 2022, os fundos exclusivos apresentam um montante de R\$ 2.320.961 (R\$ 2.014.948, em 2021). Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos classificados em “Fundos de Renda Fixa” estão assim demonstrados:

Descrição	Ativo/Passivo 2022	Ativo/Passivo 2021
ECO CASH FIC FI RENDA FIXA	1.806.767	1.399.263
BB Eco Plus FI RF CP (a)	1.529.728	1.062.162
Bradesco H.FI RF CP LP Performace Institucional (a)	74.218	137.017
FI Votorantim INS RF (a)	-	84.421
BB Top RF Índice de Preço FI RF LP (b)	148.878	58.062
Santander Fic Fi Ima-b Institucional Títulos Públicos RF LP (b)	-	57.275
BB Top RF Agressivo Pre FI RF LP (b)	53.298	-
Caixa/Disponível	672	345
Valores a Receber	34	34
Valores a Pagar	(61)	(53)
(a) Carteiras, basicamente, representadas por Letras Financeiras.		
(b) Carteira, basicamente, representada por Notas do Tesouro Nacional - Série B (IPCA).		
ECO STOCKS FIC FIA	514.194	615.685
Fundo de Renda Variável*	513.908	615.443
Ação da Vale ON	92.505	95.243
Ação da Petrobras PN	27.473	32.022
Ação da Petrobras ON	25.810	27.965
Ação do Itaú Unibanco PN	23.966	24.762
Ação do Bradesco PN	19.531	22.285
Ação da B3 ON	18.110	16.709
Ação da Ambev ON	17.802	16.623
Ação da JBS ON	14.660	12.144
Ação do WEG ON	13.274	12.110
Outras Ações	260.778	355.580
Valores a Pagar	(22)	(24)
Disponível	308	264
Valores a Receber	-	2
* Abertura das 9 maiores ações da carteira.		
Total dos Fundos Exclusivos	2.320.961	2.014.948

O Fundo ECO CASH FIC FI Renda Fixa recebe aplicações dos Planos Assistenciais geridos pelo Economus.

7.3.2 Fundos de Investimentos em Participações

O Economus encerrou o exercício de 2022 com o montante de R\$ 92.272 (R\$ 123.923, em 2021), em Fundos de Investimento em Participações.

Descrição	CNPJ	Aplicação Inicial	Prazo de Encerramento ^(c)	Data Base (última DF)	Integralizações (desde o início do Fundo)	Recebimentos (desde o início do Fundo)	Saldo em 2022	Rentabilidade 2022	Saldo em 2021
Regulamento Geral					239.344	461.053	88.790	(12,50%)	118.026
FIP INV. INSTIT. III	09.064.476/0001-60	jul/08	ago/23	27/09/2022	18.933	16.330	4.033	84,55%	5.089
FICFIP PATRIA R.E.II	10.979.378/0001-32	jul/10	dez/23	30/05/2022	21.413	19.725	1.670	(38,16%)	3.582
FIP NEO CAP MEZANINO	10.720.618/0001-80	set/10	set/23	28/08/2022	11.852	11.634	1.881	5,62%	2.440
FIP FBIE - SANTANDER	11.760.191/0001-06	set/10	jul/23	28/08/2022	10.442	1.560	6.131	(39,70%)	10.083
FIP PÁTRIA INFRAESTR	12.517.924/0001-49	fev/11	out/24	30/05/2022	10.757	13.490	5.716	(17,34%)	6.663
FIP BRASIL PETROLEO ^(a)	14.240.738/0001-30	fev/12	fev/24	28/07/2022	13.370	-	1.390	10,33%	1.235
FIP BRASIL PORTOS	14.737.553/0001-36	mar/12	mar/24	28/08/2022	9.426	1.076	5.877	(6,75%)	7.200
FIP BRASIL ÓLEO-GÁS	14.713.775/0001-19	jul/12	fev/23	28/07/2022	10.320	384	5	-	-
FIP INDUSTRIAL PARKS	10.214.548/0001-98	nov/12	nov/23	28/07/2022	13.844	9.840	1.856	(1,80%)	3.649
FICFIP PATRIA SPE OP	13.328.452/0001-49	nov/12	dez/23	30/05/2022	11.402	-	59	(43,74%)	105
FIP CAIXA BARCELONA ^(b)	15.254.490/0001-20	mar/13	out/19	-	36.253	316.928	-	-	-
FIP CRP EMPREENDEDOR	14.747.610/0001-68	mai/13	dez/23	28/08/2022	5.421	15.872	1.206	50,45%	7.648
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	ago/23	28/07/2022	16.038	6.122	22.916	(29,15%)	32.908
FICFIP PATR PRIV III	18.563.785/0001-76	dez/13	out/25	30/05/2022	8.311	597	2.441	(42,90%)	4.275
FIP NEO CAP MEZN III	19.933.445/0001-52	ago/14	ago/24	28/08/2022	11.147	4	19.638	34,56%	14.434
FIP POLO R ESTATE II ^(b)	13.515.474/0001-18	dez/14	fev/19	-	1.635	1.329	-	-	-
FIP FBIE II	19.837.544/0001-30	jan/15	jul/24	28/08/2022	8.527	7.697	12.396	(25,93%)	16.702
FIP COPA FLOREST III	17.672.294/0001-09	fev/16	jun/28	30/05/2022	20.253	38.465	1.574	26,41%	2.013
PrevMais					4.632	2.768	3.482	(27,93%)	5.897
FIP CRP EMPREENDEDOR	14.747.610/0001-68	mai/13	dez/23	28/08/2022	645	1.890	144	50,45%	910
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	ago/23	28/07/2022	1.909	729	2.728	(29,15%)	3.918
FICFIP PATR PRIV III	18.563.785/0001-76	dez/13	out/25	30/05/2022	2.078	149	610	(42,90%)	1.069
Total da carteira de Fundos de Investimentos em Participações					243.976	463.821	92.272		123.923

(a) Desde 2018, ocorreu a baixa total do fundo FIP Brasil Petróleo;

(b) Em 2019, conforme contratos com os fundos de participações foram encerradas e ocorreu o resgate das participações no FIP Polo R Estate II (fev/2019), e FIP Caixa Barcelona (out/2019).

A seguir, apresentamos informações sobre as carteiras e principais variações nas aplicações dos FIPs no exercício de 2022.

FIP Investidores Institucionais III (TIR +84,5%): atualmente, o fundo possui somente um ativo na carteira A Geradora Aluguel de Máquinas S.A. (locação de geradores e equipamentos).

A principal contribuição para o resultado do fundo em 2022 foi o desinvestimento da empresa Agrovia S.A. que representava 22,82% da carteira do fundo. A companhia A Geradora Aluguel de Máquinas S.A. apresentou valorização de 20% no ano de acordo com o laudo de avaliação, emitido em 2022, em função de melhorias de preços de locação de equipamentos e prestação de serviços nos mercados em que a companhia atua, consequentemente impactando positivamente as projeções de receitas da empresa.

FIC FIP Pátria Real Estate II (TIR -38,2%): investimento em Cotas do Fundo Pátria Real Estate II (CNPJ: 10.912.885/0001-59), que por sua vez investe nos ativos Alphaville (loteamentos), Itatiaia Investimentos Imobiliários e Participações S.A. e Nova Itatiaia Investimentos Imobiliários e Participações S.A. (complexo logístico), Avenida Brasil Investimentos Imobiliários e Participações S.A. (terreno) e Tenco (shopping Centers).

No exercício de 2022, a variação negativa de -38,2% se deve, principalmente, ao desempenho das ações da companhia investida Alphaville S.A. (AVLL3), listada na B3, que apresentou desvalorização de -74,9% no ano.

Em 31/12/2022, o portfólio de investimentos do Fundo era composto da seguinte forma: (i) 50,5% de Alphaville S.A.; (ii) 27,0% de Itatiaia Investimentos Imobiliários e Participações S.A. e Nova Itatiaia Investimentos Imobiliários e Participações S.A.; (iii) 0% de Tenco Shopping Centers; e (iv) 22,5% da Avenida Brasil Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Valores expressos em milhares de Reais

FIP FBIE I (TIR -39,8%): investe em participações das empresas Rede D'Or São Luiz S.A. (rede de hospitais), Ri Happy Brinquedos S.A. (varejo para o público infantil) e Estok Comércio e Representações S.A. [Tok&Stok] (varejo de móveis e utensílios).

Em 2022, a variação negativa de -33,2% na cotação das ações Rede D'Or São Luiz S.A. (RDOR3), listada na B3, foi um dos principais fatores de contribuição para o resultado do Fundo, além da reavaliação a valor justo das empresas investidas Estok Comércio e Representações S.A. e Ri Happy Brinquedos S.A., que apresentaram resultado negativo no ano de -49,7% e -31,3%, respectivamente.

Em 31/12/2022, o portfólio de investimentos do Fundo era composto da seguinte forma: (i) 35,5 de Estok Comércio e Representações S.A.; (ii) 35,4% de Rede D'Or São Luiz S.A.; e 29,1% de Ri Happy Brinquedos S.A.

FIP Pátria Brasil Infraestrutura (TIR -17,3%): investe em participações na Hidrovias do Brasil S.A. (terminal portuário e serviços) e na Oceana Offshore S.A. (transporte marítimo).

Em 2022, a variação negativa de -17,3% do Fundo está diretamente relacionada ao comportamento das ações da Hidrovias do Brasil S.A. (HBSA3), listada na B3, que apresentou rentabilidade negativa no ano de -34,5%.

Em 31/12/2022, o portfólio de investimentos do Fundo era composto da seguinte forma: (i) 76,4% de Oceana Offshore S.A.; e (ii) 23,6% de Hidrovias do Brasil S.A.

FIC FIP Pátria Special Opportunities (TIR -43,7%): investimento em Cotas do Fundo Pátria Special Opportunities I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (CNPJ: 13.328.427/0001-65), que por sua vez investe em ações da companhia fechada Tenco Shopping Centers S.A.

O portfólio de Shopping Centers do Fundo está registrado a zero, desde a realização da reavaliação no 1T2022. Após a reavaliação, a Tenco Shopping Centers S.A. realizou venda de ativos de seu portfólio, recuperando parte do valor para o Fundo.

Em 31/12/2022, o portfólio de investimentos do Fundo era composto 100% das ações da companhia investida Tenco Shopping Centers S.A.

FIP CRP Empreendedor (TIR +50,5%): atualmente, o fundo possui somente um ativo na carteira, Europeças Participações S.A. [Grupo Ibero] (implementos rodoviários).

Em 2022, a principal contribuição para o resultado do fundo foram os desinvestimentos das companhias investidas Aquiris Games Studio S.A., que proporcionou rentabilidade nominal de 35,36% a.a. e real de 27,7%, e J.A. Saúde Animal Indústria e Comércio de Produtos Veterinários S.A. com rentabilidade nominal de 63,7% e real de 55,3% a.a.

FIP 2B Brasil Capital de Crescimento I FIP (TIR -29,1%): investe em participações das empresas Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. (distribuições de produtos eletrônicos e de tecnologia), Refrigelo Climatização de Ambientes S.A. [Leveros] (venda de equipamentos e serviços no segmento de refrigeração), VCI Vanguard Confecções Importadas [Aramis] (vestuário), e Daus Indústria de Alimentos S.A. (fabricação e comercialização de lácteos).

Após o IPO, finalizado em 08/2022, a Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. (LVTC3), listada na B3, apresentou desvalorização de -70%, impactada principalmente pelo incremento das taxas de juros ao longo do ano, cuja penalização é relevante às empresas inseridas no setor de tecnologia.

Valores expressos em milhares de Reais

Em 31/12/2022, o portfólio de investimentos do Fundo era composto da seguinte forma: (i) 25,7% de Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.; (ii) 39,2% de Refrigelo Climatização de Ambientes S.A. [Leveros]; (iii) 29,9% de VCI Vanguard Confecções Importadas [Aramis] e (iv) 4,00% de Daus Indústria de Alimentos S.A.

FIC FIP Pátria Real Estate III (TIR -42,9%): investimento em Cotas do Fundo Pátria Real Estate III (CNPJ: 18.317.102/0001-09), que por sua vez investe nas empresas Guarde Aqui (depósito e armazenagem), Alphaville S.A. (loteamentos e construção civil), Centro de distribuição refrigerado em Nova Santa Rita (galpão logístico), Cidade Nova (Terreno) e Portfolio Rio Office (edifícios comerciais).

Em 2022, a variação negativa de -42,9% se deve a reavaliação dos ativos, realizada em setembro/22, que atribuiu desvalorização da carteira de -15,9%, e por conta do desempenho das ações da companhia investida Alphaville S.A. (AVLL3), listada na B3, e que apresentou desvalorização de -74,9% no ano.

Em 31/12/2022, o portfólio de investimentos do Fundo era composto da seguinte forma: (i) 47,4 de Guarde Aqui; (ii) 26,9% de Alphaville S.A.; (iii) 19,9% de Centro de distribuição refrigerado em Nova Santa Rita; (iv) 5,9% de Terreno Cidade Nova; e (v) 0% de Portfolio Rio Office.

FIP Neo Capital Mezanino III (TIR +34,6%): investe em participações das empresas Holding Verzani & Sandrini S.A. (serviços de gestão predial), EB Fibra Participações S.A. (fornecedor de serviços de tecnologia e internet) e Marelli Móveis para Escritório S.A. (produção e comercialização de móveis corporativos).

Em 2022, o principal fator que contribuiu para o resultado do Fundo foi a valorização da empresa Holding Verzani & Sandrini S.A., que reportou variação de +99,5% no ano, conforme Laudo de Avaliação.

Em 31/12/2022, o portfólio de investimentos do Fundo era composto da seguinte forma: (i) 50,1% de Holding Verzani & Sandrini S.A.; (ii) 45,9% de EB Fibra Participações S.A.; e (iii) 4,0% de Marelli Móveis para Escritório S.A.

FIP FBIE II (TIR -25,9%): investe em participações das empresas Rede D'Or São Luiz S.A. (rede de hospitais), USS Soluções Gerenciadas S.A. [Tempo Participações] (serviços para seguradoras) e Mundi Holdings II LLC [Vitrú Limited] (educação).

Em 2022, a variação negativa de -33,2% na cotação das ações Rede D'Or São Luiz S.A. (ticker RDOR3), listada na B3, foi um dos principais fatores de contribuição para o resultado do Fundo, além da reavaliação a valor justo da empresa investida USS Soluções Gerenciadas S.A. [Tempo Participações], que apresentou resultado negativo de -37,9% no ano.

Em contrapartida, o desempenho das ações da Mundi Holdings II LLC [Vitrú Limited] (ticker VTRU), negociadas na NASDAQ, apresentou variação de 49,2% no ano.

Em 31/12/2022, o portfólio de investimentos do Fundo era composto da seguinte forma: (i) 42,3% de Rede D'Or São Luiz S.A.; 35,2% de Mundi Holdings II LLC [Vitrú Limited]; e (ii) 22,5% de USS Soluções Gerenciadas S.A. [Tempo Participações].

FIP Copa Florestal III (TIR +26,4%): atualmente, o fundo possui somente um ativo na carteira, a TRIM Sul Florestal S.A. Em função do patrimônio reduzido do Fundo, as variações de fluxo financeiro são expressivas em termos percentuais.

7.3.3 Fundos de Investimentos Imobiliário

Descrição	2022	2021
Regulamento Geral	12.560	19.035
FII Centro Têxtil	2.195	3.448
FII Água Branca	8.888	13.633
FII Claritas Logist	1.477	1.954
Total dos Fundos de Investimentos Imobiliário	12.560	19.035

FII Centro Têxtil (TIR -36,34%): CNPJ 00.762.723/0001-28 - fundo de investimento imobiliário negociado na B3, sob o *ticker* CTXT11, que detém 75% do imóvel Centro Têxtil Internacional, localizado no endereço Avenida Eng. Roberto Zuccolo, nº 555, Vila Leopoldina, São Paulo, SP. Ao longo do ano de 2022, o fundo apresentou desvalorização em suas cotas negociadas em bolsa, devido à vacância de 97% apresentada pelo fundo desde dez/21, sendo que a gestão do veículo tem buscado alternativas para reduzi-la. Existem, adicionalmente, discussões tributárias do Fundo em andamento junto à Receita Federal, conduzidas pela gestão do Fundo.

FII Projeto Água Branca (TIR -27,11%): CNPJ 03.251.720/0001-18 - fundo de investimento imobiliário negociado na B3, sob o *ticker* FPAB11, que detém 100% do condomínio composto pelas torres New York e Los Angeles, localizado no endereço Av. Francisco Matarazzo nº 1600, Barra Funda, São Paulo, SP. Ao longo do ano de 2022, a desvalorização das cotas do Fundo, negociadas em bolsa, foi reflexo de dois fatos relevantes divulgados em 10/22 e 12/22, que indicam a rescisão antecipada e a devolução de 43% da área locada. Dadas as devoluções, a vacância do fundo tende a atingir 70% até março/23.

FII Claritas Logística I (TIR 4,94%): CNPJ 97.521.194/0001-02 - fundo de investimento imobiliário fechado, que era composto por complexo de galpões logísticos no município de Ribeirão Preto, SP, onde 22,5% do empreendimento foi construído na modalidade *built to suit*, para a Ambev S/A e 77,5% são espaços para multiusuário, teve 100% dos seus ativos alienados em 2021, em transação com o FII BTG Pactual Logística, gerido pelo BTG Pactual. O valor remanescente do Fundo, em dezembro/22 (R\$ 11,1 milhões), consiste em R\$ 1,1 milhão aplicado em “caixa” e R\$ 10 milhões referente a valores retidos em *escrow account*, conforme negociado com o Fundo comprador, até a conclusão definitiva da transação.

7.3.4 (-) Perdas Estimadas - Fundos de Investimentos

Descrição	2022	2021
Regulamento Geral	(1.390)	(1.235)
FIP BRASIL PETROLEO - CNPJ 14.240.738/0001-30	(1.390)	(1.235)
Total das Perdas Estimadas - Fundo de Investimentos	(1.390)	(1.235)

Desde 2018, o Economus registra 100% do FIF Brasil Petróleo para perda.

7.4 Investimentos em Imóveis

Todos os investimentos imobiliários do Economus pertencem ao Plano de benefícios do Regulamento Geral e são destinados exclusivamente para renda. Ao final do exercício de 2022, são demonstrados como segue:

Descrição	2021	Acréscimos/ Deduções	2022
Locadas a Patrocinador(es)	46.343	1.109	47.452
Edificações	46.076	1.119	47.195
Rua Domingos de Moraes, n° 896 - São Paulo	18.538	752	19.290
Praça Raul Leme, n° 212 - Bragança Paulista	3.615	81	3.696
Rua Teodoro Sampaio, n° 1600 - São Paulo	12.320	134	12.454
Rua Líbero Badaró n° 293 - Conjunto 15 B - São Paulo	951	19	970
Rua Líbero Badaró n° 293 - Conjunto 17 A - São Paulo	951	19	970
Rua Líbero Badaró n° 293 - Conjunto 17 D - São Paulo	951	19	970
Rua Quirino de Andrade, n° 185 - São Paulo	8.750	95	8.845
Valores a Receber	267	(10)	257
Locadas a Terceiros	95.020	(499)	94.521
Edificações	94.261	170	94.431
Rua Bela Cintra, n° 769 - São Paulo	65.028	107	65.135
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 31 - São Paulo	4.176	9	4.185
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 41 - São Paulo	4.176	9	4.185
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 42 - São Paulo	4.176	9	4.185
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 141 - São Paulo	4.176	9	4.185
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 142 - São Paulo	4.176	9	4.185
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 151 - São Paulo	4.176	9	4.185
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 152 e Cobertura - São Paulo	4.177	9	4.186
Valores a Receber	759	(669)	90
Total dos Investimentos em Imóveis	141.363	610	141.973

O Economus possui imóveis locados aos patrocinadores e a terceiros. Durante o exercício de 2022, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 5.107 (R\$ 10.462, em 2021).

O Economus reavaliou seus imóveis com laudo em 01/11/2022, sendo ajustado contabilmente em dezembro de 2022. Os laudos de avaliação foram elaborados considerando as práticas e padrões profissionais aplicáveis de acordo com a NBR 14.653, da ABNT – Associação Brasileira e Normas Técnicas e recomendações de associações de classe como IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Os laudos de avaliação foram emitidos pela empresa Personal Engenharia Ltda, CNPJ 18.129.034/0001-46, gerando variação patrimonial positiva de R\$ 1.183 (positiva de R\$ 799, em 2021), conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor contábil	Reavaliação	Ajuste da Reavaliação	Vida útil remanescente
Locados ao Patrocinador	46.076	47.195	1.119	
Rua Domingos de Moraes, n° 896 - São Paulo	18.538	19.290	752	42 anos
Praça Raul Leme, n° 212 - Bragança Paulista	3.615	3.696	81	32 anos
Rua Teodoro Sampaio, n° 1600 - São Paulo	12.320	12.454	134	47 anos
Rua Líbero Badaró n° 293 - Conjunto 15 B - São Paulo	951	970	19	31 anos
Rua Líbero Badaró n° 293 - Conjunto 17 A - São Paulo	951	970	19	31 anos
Rua Líbero Badaró n° 293 - Conjunto 17 D - São Paulo	951	970	19	31 anos
Rua Quirino de Andrade, n° 185 - São Paulo	8.750	8.845	95	35 anos
Locados a Terceiros	94.261	94.431	171	
Rua Bela Cintra, n° 769 - São Paulo	65.028	65.135	107	67 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 31 - São Paulo	4.176	4.185	9	47 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 41 - São Paulo	4.176	4.185	9	47 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 42 - São Paulo	4.176	4.185	9	47 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 141 - São Paulo	4.176	4.185	9	47 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 142 - São Paulo	4.176	4.185	9	47 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 151 - São Paulo	4.176	4.185	9	47 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 152 e Cobertura - São Paulo	4.176	4.186	10	47 anos
Total da Reavaliação dos Imóveis	140.337	141.626	1.290	

7.5 Operações com Participantes

O Economus possui valores a receber de participantes, relativos a empréstimos a serem descontados em folha de pagamento junto ao patrocinador e folha de benefícios com garantia de receber ao menos parte dos referidos valores. Essas garantias estão representadas, no caso do empréstimo, pela reserva que a participante acumula do plano de benefícios (saldo de conta), pelo benefício mensal e pelo Fundo para Garantias das Operações com Participantes.

A movimentação da carteira de empréstimo em 2022 é a seguinte:

Descrição	2021	Concessões	Amortizações	Juros	2022
Regulamento Complementar nº 1	9.513	3.076	(4.751)	1.262	9.100
Empréstimos a Participantes	9.532	3.143	(4.836)	1.262	9.101
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	(19)	(67)	85	-	(1)
Regulamento Complementar nº 2	4.241	1.455	(2.188)	560	4.068
Empréstimos a Participantes	4.242	1.464	(2.198)	560	4.068
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	(1)	(9)	10	-	-
Regulamento Geral	88.319	33.967	(46.246)	12.370	88.410
Empréstimos a Participantes	88.513	34.487	(46.801)	12.370	88.569
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	(194)	(520)	555	-	(159)
PrevMais	160.180	93.154	(114.486)	20.468	159.316
Empréstimos a Participantes	160.552	93.584	(115.183)	20.468	159.421
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	(372)	(430)	697	-	(105)
Total de Operações com Participantes	262.253	131.652	(167.671)	34.660	260.894

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos, pelo valor principal acrescidos dos encargos contratuais. Os empréstimos são concedidos aos participantes e assistidos dos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, Regulamento Geral e PrevMais.

Planos	Juros modelo atual	Juros modelo antigo	Prazo	Limite do empréstimo
Regulamento Complementar n 1	Mensal - 0,518% + INPC	-	3 a 96 meses	Até R\$ 100.000,00. Ativo: 70% da reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.
Regulamento Complementar n 2	Mensal - 0,537% + INPC	-	3 a 96 meses	Até R\$ 100.000,00. Ativo: 70% da reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido. Assistido: até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.
Regulamento Geral	Mensal - 0,576% + INPC	Contratos antigos vigentes até novembro/2016 taxa bruta de 0,798% ao mês	3 a 120 meses	Até R\$ 175.000,00. Ativo: 70% da reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida. Assistido: até 30% do benefício mensal líquido junto ao plano
PrevMais	Mensal - 0,457% + INPC	Contratos antigos vigentes até novembro/2016 taxa bruta de 0,5726% ao mês	3 a 96 meses	Até R\$ 160.000,00. Ativo com menos de 5 anos: 70% do MFI apenas do participante e 30% da renda mensal líquida Ativo com mais de 5 anos: 70% do MFI apenas do participante + patrocinadora e 30% da renda mensal líquida Assistido Renda Vitalícia: até 30% do benefício mensal líquido junto ao plano Assistido Programada: 70% do saldo de conta remanescente e 30% do benefício mensal líquido junto ao plano

As taxas de juros brutas contemplam a taxa de administração, a taxa de contingência e o seguro prestamista.

As carteiras de empréstimos do Economus passaram por mudanças no exercício de 2022, demonstrado a seguir:

- **Regulamento Geral:** em janeiro de 2022 ocorreu a alteração da taxa de juros para 7,40% ao ano (7,65%, em 2021), acompanhando a redução em sua taxa mínima atuarial, aprovada pelo Conselho Deliberativo do Instituto.

Valores expressos em milhares de Reais

- **Todos os planos administrados:** em função da renovação contratual relativa ao Seguro Prestamista, a partir de setembro de 2022, a taxa aplicável aos novos contratos e aos contratos vigentes sofreu alteração do percentual do seguro de 0,75% ao ano para 0,49% ao ano.

Adicionalmente, é cobrado e descontado do valor do principal o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), conforme legislação em vigor.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor para créditos de liquidação duvidosa, o plano de benefícios detentor do crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito) que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

7.6 Depósitos Judiciais e Recursais

Descrição	2022	2021
Regulamento Geral	1.309	1.664
Depósito Judiciais - Ação Cível (Imóveis)	6	6
Depósito Judiciais - Ação Tributária (Imóveis - IPTU)	1.303	1.658
Total de Depósitos Judiciais/Recursais	1.309	1.664

7.7 Recursos a Receber de Precatórios

Em 23/11/2021, a Assembleia Extraordinária da Abrapp, deliberou pela autorização para formalização de proposta junto à Procuradoria Regional da União da 2ª Região (PRU-2) referente aos títulos de OFND's – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico adquiridos em função do Decreto-Lei n.º 2.228/86 (alterado pelo DC 2383/87), onde pretendeu que as referidas OFND's fossem atualizadas pelo IPC, ao invés do BTN, desde abril de 1990 até fevereiro de 1991, com o imediato pagamento às filiadas da Autora dos valores resultantes de novo cálculo, devidamente corrigidos e acrescidos dos juros cabíveis.

As partes assinaram o acordo em 25/03/2022, submeteram o documento no âmbito das 37 liquidações em curso tendo o Juízo do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CESOL) homologado a transação em cada um dos processos em 28/03/2022.

Em 02/04/2022 foi certificado nos autos do processo 0145854-31.2015.4.02.5101 o envio da requisição de pagamento nº 22510013973 ao TRF 2, tendo a requisição do Economus sido processada e recebido o nº 5003913-04.2022.4.02.9388. O valor total da requisição em abril/2022 foi de R\$ 33.007 para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral.

Assim, consideramos a metodologia e variáveis o “Valor Justo” do precatório em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	2022	2021
Regulamento Geral	27.471	-
Recursos a Receber de Precatórios (OFND)	27.471	-
Total de Precatórios a Receber - Investimentos	27.471	-

7.8 Outros Realizáveis

Descrição	2022	2021
Regulamento Geral	3.919	3.633
Depósito Judicial em Garantia de Subscrição - Ambev ^(a)	3.919	3.633
Total de Outros Realizáveis - Investimentos	3.919	3.633

(a) Ação ordinária movida contra Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, relativa a bônus de subscrição.

8. Perfil de Investimentos – Plano de Benefícios PrevMais

Apresenta-se a seguir a composição dos perfis de investimentos:

Perfil	Qtd. Participantes (*)		Volume dos recursos		Rentabilidade (%)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Conservador	7.182	7.162	1.487.152	1.271.191	11,94%	4,66%
Moderado	1.144	1.106	262.910	244.794	10,75%	2,39%
Agressivo	656	740	188.972	181.641	9,29%	0,09%
Super Agressivo	435	510	126.933	124.412	7,76%	-2,25%
Total	9.417	9.518	2.065.967	1.822.038		

(*) Considera os participantes ativos, autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Obrigações Pendentes com Participantes (OPP) - participantes desligados do Plano/Patrocinador, aguardando concessão de benefício/extrato de desligamento, aguardando opção pelos Institutos, suspensos ou falecidos. No perfil conservador foi incluída a quantidade de aposentados com opção por renda mensal por período determinado, renda mensal em percentual do Montante Financeiro Individual (MFI) e pensionistas com saldo de MFI. A quantidade informada refere-se ao perfil de investimento da última inscrição dos participantes no plano.

Perfil Conservador: realiza 100% de sua alocação na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos, e agrupa uma composição de ativos financeiros com reduzido nível de risco, privilegiando em grande medida a liquidez da carteira e a preservação do valor investido. Essa classe de investimento é destinada aos participantes com baixa tolerância a risco e é recomendada para aqueles com pouco tempo para requerer a aposentadoria no PrevMais.

Perfil Moderado: realiza 85% de alocação na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos e 15% na carteira de Renda Variável buscando obter retorno superior ao verificado o Perfil Conservador no longo prazo com maior risco.

Perfil Agressivo: realiza 70% de alocação na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos e 30% na carteira de Renda Variável buscando obter retorno acima do Perfil Moderado no longo prazo, com maior nível de risco. Destinado aos Participantes que estão dispostos a correr mais riscos em busca de maior retorno no longo prazo.

Perfil Super Agressivo: realiza 55% na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos e 45% na carteira de Renda Variável buscando obter retorno acima do Perfil Agressivo no longo prazo, com maior nível de risco e volatilidade. Este é o perfil que oferece maior nível de risco devido à maior participação em Renda Variável.

9. Imobilizado e Intangível

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

Descrição	2021	Adições	Baixas	Depreciações e amortizações	2022
Imobilizado	882	30	(31)	(251)	630
Móveis e Utensílios	53	12	(5)	(17)	43
Máquinas e Equipamentos	796	18	(25)	(210)	579
Celulares e Tablets	33	-	(1)	(24)	8
Intangível	129	61	(564)	439	65
Software	129	61	(564)	439	65
Total do Imobilizado e Intangível	1.011	91	(595)	188	695

10. Exigível Operacional

A composição do exigível operacional está demonstrada como segue:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Gestão Previdencial	1.322	1.486	1.302	1.892	10.739	12.141	1.552	1.434	-	-	14.915	16.953
Benefícios a Pagar	-	16	185	165	68	87	-	6	-	-	253	274
Retenções a Recolher	3	3	2	2	10.125	9.062	1.408	1.289	-	-	11.538	10.356
Outras Exigibilidades ^(a)	1.319	1.467	1.115	1.725	546	2.992	144	139	-	-	3.124	6.323
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-	-	-	6.970	7.864	6.970	7.864
Contas a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	5.866	6.793	5.866	6.793
Retenções a Recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	1.104	1.071	1.104	1.071
Investimento	22	30	13	19	1.006	1.014	657	712	-	-	1.698	1.775
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	38	26	-	-	-	-	38	26
Operações com Participantes	8	12	3	11	84	156	184	293	-	-	279	472
Taxa de Administração a Repassar	13	12	9	8	784	734	401	364	-	-	1.207	1.118
Retenções de Tributos a Recolher	-	6	1	-	38	24	64	47	-	-	103	77
Outras Exigibilidades ^(b)	1	-	-	-	62	74	8	8	-	-	71	82
Total do Exigível Operacional	1.344	1.516	1.315	1.911	11.745	13.155	2.209	2.146	6.970	7.864	23.583	26.592

(a) Referem-se à taxa de administração e às contribuições a repassar entre os planos de benefícios, quitadas em janeiro de 2023.

(b) Refere-se ao valor a pagar da taxa de custódia dos investimentos, juntamente com as despesas relacionadas aos imóveis do Regulamento Geral, quitados em janeiro de 2023.

11. Exigível Contingencial

O Economus tem ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

As provisões de processos classificados com perda provável, ou seja, aqueles que o Economus entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese e provavelmente gerarão desembolsos futuros, estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais relativas aos Planos de Benefícios e ao PGA.

Em 2022 o critério relativo à mensuração de valores foi atualizado para que, quando não houver elementos para cálculo da melhor estimativa de desembolso, a provisão seja calculada com base na média de valores desembolsados para ações semelhantes nos últimos três anos, além da inclusão na provisão dos honorários de sucumbência.

Descrição	Provisões			
	2021	Constituição/ (Reversão)	Mudança de Estimativa	2022
Gestão Previdencial	250.129	56.481	33.755	306.610
Regulamento Complementar nº 1	11.264	125	-	11.389
Regulamento Complementar nº 2	3.872	(1.091)	-	2.781
Regulamento Geral	234.980	57.097	33.755	292.077
PrevMais	13	350	-	363
Gestão Administrativa	21.030	3.115	-	24.145
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	21.030	3.115	-	24.145
Investimentos	1.675	(366)	-	1.309
Regulamento Geral	1.675	(366)	-	1.309
Total do Exigível Contingencial	272.834	59.230	33.755	332.064

a) Gestão Previdencial

A Entidade é ré em ações ajuizadas por participantes relacionadas ao período laboral exercido no Patrocinador, mas que refletem nos benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto, as quais, na sua maioria, os reclamantes discutem pretensões direitos relacionados a diversas

Valores expressos em milhares de Reais

verbas salariais e indenizatórias e à majoração dos benefícios dos Planos de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral. Esses processos estão em diversos estágios, inclusive com valores depositados judicialmente. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Regulamento Geral.

Nas ações judiciais de reflexos do Regulamento Geral, o Economus alega, em suas defesas, a impossibilidade de majoração do benefício sem o prévio custeio, requerendo o aporte necessário para fazer frente à diferença de benefício, apresentando cálculos que impõem ao Reclamante e ao Patrocinador o aporte dos valores necessários para custear o incremento do benefício pretendido, de forma a mitigar impactos no plano.

Para as ações cíveis do Regulamento Geral sobre diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais decorrentes de concessão ou revisão do benefício em reclamatória trabalhistas em face do Patrocinador, a provisão é realizada apenas para fazer frente aos honorários de sucumbência, estimados em 10% sobre o valor da condenação, visto que a posição atual da Jurisprudência do STJ – Superior Tribunal de Justiça é que, nestes casos (ações distribuídas até 08/08/2018), pode ter repercussão no plano, desde que exista cláusula no regulamento e que ocorra a prévia e integral de recomposição da reserva matemática pelo participante e Patrocinador, vedando o recálculo do benefício de suplementação de aposentadoria para aqueles que ingressaram em juízo após a referida data.

O acréscimo do passivo previdencial no exercício reflete a movimentação das reclamações trabalhistas e cíveis que tiveram julgamento desfavorável ao Economus, e a alteração das fases processuais, de instrução para recursal e de recursal para execução. Contabilmente, está provisionado, em 2022, o valor de R\$ 306.610 (R\$ 250.129, em 2021).

b) Gestão Administrativa

Ações trabalhistas: ações ajuizadas por ex-funcionários do Economus e empregados de empresas terceirizadas que prestam serviço ao Instituto. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, alguns, com valores depositados judicialmente. Contabilmente, está provisionado, em 2022, o valor de R\$ 548 (R\$ 116, em 2021).

Ações cíveis: ações envolvendo discussões sobre plano de saúde em andamento na Justiça Comum, com provisionamento, em 2022, no valor de R\$ 10 (R\$ 0, em 2021).

Ações tributárias: ações judiciais questionando a exigibilidade de tributos e processos administrativos decorrentes de autuações fiscais, tais como:

- **ISS:** processo judicial decorrente de autuação da Prefeitura de São Paulo referente à cessão de mão de obra de 1991 a 1996. A fim de anular o débito os valores foram depositados em juízo, contudo, em 2007 o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, que permitia a inclusão de depósitos judiciais como parte do pagamento da dívida, o que foi realizado pelo Economus. Com isso os depósitos feitos em processos municipais foram dados como garantia dos débitos, permitindo obtenção de descontos na multa e juros. Este parcelamento está em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo, visto que precisa vincular os depósitos às dívidas, levantar os valores e cancelar os débitos inscritos. Por essa razão em 2022, ocorreu a reversão total da provisão judicial considerando que não há mais perspectivas de desembolso, já que se espera que o depósito seja convertido em renda para o Município e a dívida extinta.

Contabilmente não há valor provisionado em 2022 (R\$ 3.457, em 2021).

- **Contribuição Social ao PIS e Cofins:** em 2006 o Economus impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar com o objetivo de não submeter a Entidade ao recolhimento destas contribuições sociais nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718/1998. O processo encontra-se suspenso em razão da declaração de repercussão geral em outra ação com Recurso Extraordinário pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal. O Economus continua cumprindo a legislação vigente e depositando os valores em juízo. Contabilmente, estão provisionados em 2022, no valor de R\$ 23.587 (R\$ 17.457, em 2021).

c) Investimentos

Imóveis: composta por ação em andamento na Justiça Comum (processo envolvendo discussão relativa a imóvel alocado a terceiros), com provisionamento, em 2022, no valor de R\$ 6 (R\$ 6, em 2021).

Operações com Participante: é composta por ação civil relacionada a concessão de empréstimo, com provisionamento, em 2022, não tem valor provisionado (R\$ 11, em 2021).

Programa de Parcelamento Incentivado - IPTU: Cobrança de IPTU de imóveis que o Economus já foi proprietário. Os valores foram provisionados e depositados. Contabilmente, está provisionado, em 2022, no valor de R\$ 1.303 (R\$ 1.658, em 2021).

Em 2007 o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129/2006, o qual está em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo e de levantamento dos depósitos. O PPI foi um programa cuja finalidade era oferecer oportunidade para que as pessoas físicas ou jurídicas possam quitar seus débitos tributários e não tributários e, assim, regularizar a situação perante o Município de São Paulo, com redução de até 75% da multa e 100% dos juros de mora.

11.1 Passivos Contingentes – Possíveis

Fundamentado em parecer técnico da área jurídica e observada a classificação de risco apontada, o Economus considera como passivo contingente os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas em face do Economus cujo objeto é classificado com chance de perda possível. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Regulamento Geral, estando assim representadas:

Natureza	Descrição do objeto	Perda Possível	
		2022	2021
Gestão Previdencial		108.324	57.576
Regulamento Geral	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	108.273	57.575
Prev Mais	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	51	1
Gestão Administrativa		481.962	15.685
Plano de Gestão Administrativa	Verbas trabalhistas/reintegração ao emprego	-	11
	Indenização de seguro de vida e acidente	-	29
	Pedido de compensação de tributos	18.401	15.645
	Recomposição do Patrimônio	463.561	-
Investimentos		6	-
Regulamento Geral	Empréstimo a participantes	6	-
Valor total das ações com risco de perda possível		590.292	73.261

No decorrer do ano de 2022 a Administração atualizou os normativos internos de provisão contingencial e revisitou a base de processos judiciais em que o Economus é parte.

Passivo Contingente - Processo 0263862-11.2007.8.26.0100

No exercício de 2021, a nota explicativa relativa ao processo 0263862-11.2007.8.26.0100 estava registrada nas Demonstrações Contábeis do segmento assistencial.

A partir da revisitação da base de processos indicada acima, verificou-se a necessidade de

readequação e realocação do passivo contingente relacionado à citada ação.

A ação, movida por Associação de Aposentados, pede a recomposição do patrimônio do FEAS - Fundo Economus de Assistência Social, em decorrência da retirada, entre janeiro/2004 e agosto/2006, de valores para fins de depósito judicial em ação anulatória de débito tributário de Pis e Cofins (autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil em 2001 e 2002). Classificada como perda possível, as informações relativas à presente ação judicial vinham sendo divulgadas como passivo contingente nas demonstrações contábeis e no balanço assistencial, alocada no Plano Feas (Gestão Assistencial).

Na revisão realizada em dezembro/2022 foram ajustadas as notas explicativas para refletir os planos que podem ser impactados com o processo.

Os Planos de Gestão Administrativo (previdência) e o Administrativo Assistencial (saúde) suportarão o cumprimento de eventual condenação nessa ação, englobando principal e acessórios, assim distribuídos (i) 69,31% no Administrativo da Previdência, de R\$ 463.561; e (ii) 30,69% no Administrativo da Assistência à Saúde de R\$ 205.262.

A Administração considera que há perspectivas possíveis de êxito em relação à presente ação, com base na opinião dos advogados que conduzem as ações, fundamentos legais e jurisprudência dos Tribunais Superiores.

11.2 Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais do Economus estão relacionados às provisões e passivos contingentes, visto que são garantidores de potenciais pagamentos de contingências e são registrados no ativo não circulante até que seja proferida decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvida.

Descrição	Depósitos Judiciais	
	2022	2021
Gestão Previdencial	153.350	125.059
Regulamento Complementar nº 1	11.389	11.264
Regulamento Complementar nº 2	2.782	3.873
Regulamento Geral	138.831	109.922
PrevMais	348	-
Gestão Administrativa	23.417	17.328
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	23.417	17.328
Investimentos	1.309	1.664
Regulamento Geral	1.309	1.664
Total de Depósitos Judiciais	178.076	144.051

12. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo dos planos de benefícios, conforme pareceres atuariais. As provisões matemáticas de benefícios a conceder representam os compromissos futuros assumidos junto aos seus participantes ativos, enquanto as provisões matemáticas de benefícios concedidos representam os compromissos futuros junto aos assistidos. Já as provisões matemáticas a constituir representam o valor atual das contribuições extraordinárias, referente a déficit equacionado do patrocinador (2005), participantes e assistidos (2005, 2015 e 2017).

A partir de janeiro/2021, conforme legislação vigente, as provisões matemáticas a constituir da parcela do Patrocinador Banco do Brasil dos planos Regulamento Complementar nº 1 (déficit de 2015), Regulamento Geral (déficit de 2015 e 2017) e posteriormente, após assinatura do contrato de dívida, em junho/2022 o saldo do Patrocinador Economus no Regulamento Geral (déficit de 2015 e 2017), foram transferidos para o Ativo, "Operações Contratadas", pois possuem instrumento de dívida.

Valores expressos em milhares de Reais

Em 31 de dezembro de 2022, as movimentações das provisões matemáticas totalizam R\$ 10.060.962 (R\$ 9.527.158, em 2021), conforme detalhamento a seguir:

Descrição	31/Dezembro/2021	Constituição no exercício	31/Dezembro/2022
Benefícios Concedidos	8.695.478	275.166	8.970.644
Contribuição Definida	350.043	8.381	358.424
Saldo de contas dos Assistidos	350.043	8.381	358.424
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	8.345.435	266.785	8.612.220
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	7.141.819	203.947	7.345.766
Valor atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	1.203.616	62.838	1.266.454
Benefícios a Conceder	2.209.494	225.754	2.435.248
Contribuição Definida	1.409.742	243.632	1.653.374
Saldo de contas - Parcela Patrocinador	698.586	120.811	819.397
Saldo de contas - Parcela constituída pelos Participantes	711.027	122.685	833.712
Saldo de contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	129	136	265
Benefício Definido Estrutura em Regime de Capitalização	569.115	(10.671)	558.444
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	569.311	(10.737)	558.574
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Patrocinadores	(98)	33	(65)
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Participantes	(98)	33	(65)
Benefício Definido Estrutura em Regime de Capitalização não Programado	230.637	(7.207)	223.430
Valor atual dos Benefícios Futuros Não Programados	263.717	(13.629)	250.088
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Patrocinadores	(16.540)	3.211	(13.329)
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Participantes	(16.540)	3.211	(13.329)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.377.814)	32.884	(1.344.930)
(-) Patrocinador (es)	(207.173)	6.288	(200.885)
(-) Patrocinador (es) 2005	(203.869)	2.984	(200.885)
(-) Patrocinador (es) 2015	(429)	429	-
(-) Patrocinador (es) 2017	(2.875)	2.875	-
(-) Participantes	(95.328)	15.235	(80.093)
(-) Participantes 2005	(13.866)	808	(13.058)
(-) Participantes 2015	(25.244)	11.659	(13.585)
(-) Participantes 2017	(56.218)	2.768	(53.450)
(-) Assistidos	(1.075.313)	11.361	(1.063.952)
(-) Assistidos 2005	(190.002)	2.175	(187.827)
(-) Assistidos 2015	(115.004)	7.722	(107.282)
(-) Assistidos 2017	(770.307)	1.464	(768.843)
Total das Provisões Matemáticas	9.527.158	533.804	10.060.962

12.1 Duração do Passivo

A duração do passivo (duration do plano) corresponde ao prazo médio de pagamento dos benefícios do plano ponderado pelo montante de benefícios pago a cada ano, considerando estes benefícios reduzidos pelas contribuições normais e extraordinárias pagas pelas patrocinadoras, participantes e assistidos.

Plano	Duração do Passivo (em anos)	
	2022	2021
Regulamento Complementar nº 1	13,07	13,63
Regulamento Complementar nº 2	7,44	7,82
Regulamento Geral	11,13	11,29
Plano Prev M ais	12,35	12,82

12.2 Taxa de Juros Parâmetro

A Previc divulga anualmente a Taxa de Juros Parâmetro que as EFPC deverão utilizar nas avaliações atuariais, dependendo da situação de cada plano de benefícios. Por meio da Portaria Previc nº 373, de 27/04/2022, foi divulgada a Taxa de Juros Parâmetro para o encerramento do exercício de 2022. Esta taxa visa indicar qual a taxa de juros média que melhor fica alinhada com a duração do passivo dos planos de benefícios, observando o cenário econômico brasileiro. A portaria divulga também os limites inferiores e superiores a serem adotados para a definição da taxa de juros, conforme demonstrativo abaixo:

Portaria Previc nº 373 / 2022					
Plano	Duração do Passivo base para a Taxa Parâmetro	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial de 2022)
Regulamento Complementar nº 1	13,63	3,23%	4,61%	5,01%	3,76%
Regulamento Complementar nº 2	7,82	3,03%	4,33%	4,73%	4,00%
Regulamento Geral	11,29	3,17%	4,53%	4,93%	4,75%
Plano PrevMais	12,82	3,22%	4,59%	4,99%	4,00%

12.3 Premissas e Hipóteses Atuariais

As principais motivações das alterações das premissas e os efeitos ocorridos são:

Premissa	Motivações da Mudança	Efeitos
Taxa de Juros	Estabelecida em função dos Estudos Técnicos de Convergência das Taxas Real Anual de Juros, dentre outras premissas, o cálculo de volatilidade dos ativos, projeções de rentabilidade dos ativos, fluxo do passivo, etc.	A redução da taxa de juros eleva o valor de todas as provisões matemáticas.
Fator de determinação (Valor Real dos Benefícios)	Decorre da expectativa de mercado para a inflação.	A elevação do fator de determinação/capacidade gera o aumento das provisões matemáticas.
Crescimento Real de Salário	Atualizada em função das informações prestadas pelas patrocinadoras, conforme previsto no artigo 3º, parágrafo 2º da Resolução CNPC nº 30/2018.	A majoração desta premissa incrementa o valor da provisão matemática a Conceder nos planos de benefício definido.
Tábuas Biométricas	Considerando as mudanças ocorridas na movimentação das massas e a dinâmica populacional, com o objetivo de refletir adequadamente as características biométricas dos participantes e assistidos do plano.	Para os eventos de mortalidade de válidos e inválidos, quando maior a longevidade, maior o incremento das provisões matemáticas para os benefícios pagos sob forma vitalícia. Para o evento de entrada em invalidez, o aumento de sua probabilidade eleva a provisão matemática de Benefícios a Conceder referente ao benefício de invalidez.
Rotatividade	Atualizada em função das informações prestadas pelas patrocinadoras, conforme previsto no artigo 3º, parágrafo 2º da Resolução CNPC nº 30/2018.	o aumento da rotatividade reduz o valor das provisões matemáticas de Benefícios a Conceder.
Composição Familiar	Atualização em função do conjunto de beneficiários considerando no estudo técnico e utilizado na apuração do compromisso decorrente de morte (Pensão).	Com base na composição familiar são apuradas as anuidades para o cálculo dos compromissos decorrentes de morte. Assim, o aumento dessa anuidade provoca a majoração dos compromissos dos beneficiários de pensão a conceder.

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2022 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo do Economus e acompanhado de parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme abaixo:

Valores expressos em milhares de Reais

Plano Regulamento Complementar nº 1		
Premissas e Hipóteses	2022	2021
Taxa Real Anual de Juros	3,76%	3,76%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9800	0,9845
Tábua de Mortalidade	AT-83 IAM Feminina	AT-83 IAM Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Feminina	MI 2006 Feminina
Tábua de Morbidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar	Família Real	Família Real

Plano Regulamento Complementar nº 2		
Premissas e Hipóteses	2022	2021
Taxa Real Anual de Juros	4,00%	4,00%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,9800	0,9845
Tábua de Mortalidade	AT-83 IAM Feminina	AT-83 IAM Feminina
Composição Familiar	Família Real	Família Real

Plano Regulamento Geral		
Premissas e Hipóteses	2022	2021
Taxa Real Anual de Juros	4,75%	4,75%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9800	0,9846
Tábua de Mortalidade	RP2000 por sexo D30%	AT-2000 Básica Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Feminina	MI 2006 Feminina
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de Rotatividade	Exp. Rot. RegulGeral 2012-2021	Exp. Regulamento Geral 2011-2020
Tábua de Morbidez	Exp. Auxílio-Doença RegGeral 2016-2021	Exp. Geral 2016-2020
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Crescimento Real de Salários	0,00%	0,00%

Plano PrevM ais		
Premissas e Hipóteses	2022	2021
Taxa Real Anual de Juros	4,00%	4,00%
Indexador do Benefício	INPC e Cota Patrimonial	INPC e Cota Patrimonial
Fator de determinação Valor Real - Benefícios	0,9800	0,9849
Crescimento Real de Salário	1,00%	1,16%
Tábua de Mortalidade	AT-2000 Suav em 10% F	AT-2000 Suav em 10% F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Feminina	MI 2006 Feminina
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927 D40%	TASA 1927 (-20%)
Tábua de Rotatividade	Exp. Rot. PrevM ais 2012-2021	Ex. PrevM ais 2011-2020
Tábua de Morbidez	Exp. Aux. Doença PREVM AIS 2016-2021	Exp. PrevM ais 2016-2020
Composição Familiar	Benef. concedidos – família real Benef. a conceder - família média: Partic com dep. Vitalício: 75% (Tit. M); 65% (Tit F) Dif média de idades: 3 anos (Tit. M); 2 anos (Tit F) Filho mais jovem: 10,1 anos (formulação única)	Benef. concedidos – família real Benef. a conceder - família média: Partic com dep. Vitalício: 75% (Tit. M); 65% (Tit F) Dif média de idades: 3 anos (Tit. M); 2 anos (Tit F) Filho mais jovem: 10,1 anos (formulação única)

12.4 Demonstrativo da Composição das Provisões Matemáticas por Planos

Descrição	Regulamento Complementar n° 1		Regulamento Complementar n° 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Benefícios concedidos	13.649	13.419	2.074	2.029	8.156.362	7.911.664	798.559	768.366	8.970.644	8.695.478
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	358.424	350.043	358.424	350.043
Benefício Definido	13.649	13.419	2.074	2.029	8.156.362	7.911.664	440.135	418.323	8.612.220	8.345.435
Benefícios a conceder	75.560	73.813	48.981	48.477	567.033	577.402	1.743.674	1.509.802	2.435.248	2.209.494
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	1.653.374	1.409.742	1.653.374	1.409.742
Benefício Definido	75.560	73.813	48.981	48.477	567.033	577.402	90.300	100.060	781.874	799.752
(-) Provisões matemáticas a constituir	(6.150)	(7.533)	-	(9.347)	(1.338.780)	(1.360.934)	-	-	(1.344.930)	(1.377.814)
(-) Patrocinador (es)	-	-	(-)	-	(200.885)	(207.172)	-	-	(200.885)	(207.172)
(-) Patrocinador (es) 2005	-	-	-	-	(200.885)	(203.868)	-	-	(200.885)	(203.868)
(-) Patrocinador (es) 2015	-	-	-	-	-	(429)	-	-	-	(429)
(-) Patrocinador (es) 2017	-	-	-	-	-	(2.875)	-	-	-	(2.875)
(-) Participantes	(6.128)	(7.507)	-	(9.346)	(73.965)	(78.476)	-	-	(80.093)	(95.329)
(-) Participantes 2005	-	-	-	-	(13.058)	(13.867)	-	-	(13.058)	(13.867)
(-) Participantes 2015	(6.128)	(7.507)	-	(9.346)	(7.457)	(8.391)	-	-	(13.585)	(25.244)
(-) Participantes 2017	-	-	-	-	(53.450)	(56.218)	-	-	(53.450)	(56.218)
(-) Assistidos	(22)	(26)	-	(1)	(1.063.930)	(1.075.286)	-	-	(1.063.952)	(1.075.313)
(-) Assistidos 2005	-	-	-	-	(187.827)	(190.002)	-	-	(187.827)	(190.002)
(-) Assistidos 2015	(22)	(26)	-	(1)	(107.260)	(114.977)	-	-	(107.282)	(115.004)
(-) Assistidos 2017	-	-	-	-	(768.843)	(770.307)	-	-	(768.843)	(770.307)
Total das Provisões Matemáticas	83.059	79.699	51.055	41.159	7.384.615	7.128.132	2.542.233	2.278.168	10.060.962	9.527.158

12.4.1 Provisões Matemáticas a Constituir

As provisões matemáticas a constituir totalizaram R\$ 1.344.930 (R\$ 1.377.814, em 2021), referentes ao valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes e assistidos.

a) Regulamento Complementar n° 1

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se às contribuições para cobertura do déficit equacionado em 2015, por patrocinador, participantes e assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Complementar n° 1)		
Déficit Equacionado 2015		
	2022	2021
Valor contratado	20.136	20.136
Saldo devedor atual Patrocinador (Ativo)	3.063	3.781
Saldo devedor atual (Passivo)	6.150	7.533
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	147 meses	147 meses
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	35 meses	47 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 3,76%	INPC + 3,76%

(1) O prazo financeiro original é 147 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Economus, contudo, devido à utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, o prazo passou para 124 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamentos recalculados anualmente.

b) Regulamento Complementar n° 2

O término nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se às contribuições para cobertura do déficit equacionado em 2015, por participantes e assistidos, bem como pelo uso integral do superávit apurado no encerramento do exercício de 2021, equivalente a R\$ 7.381, para abatimento do saldo do Plano de Equacionamento do Déficit – PED 2015, em abril de 2022.

Valores expressos em milhares de Reais

Plano de Benefício Definido (Regulamento Complementar nº 2)		
Deficit Equacionado 2015		
	2022	2021
Valor contratado	22.864	22.864
Saldo devedor atual (Passivo)	-	9.347
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	87 meses	87 meses
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	0 meses	24 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,0%	INPC + 4,0%

(1) O prazo financeiro original é 87 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Economus, contudo, devido à utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, o prazo passou para 78 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamentos recalculados anualmente.

c) Regulamento Geral

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se à atualização da provisão e entrada de contribuições para cobertura do déficit equacionado em 2005, 2015 e 2017, por patrocinador, participantes e assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)		
Deficit Equacionado 2005		
	2022	2021
Valor contratado	247.989	247.989
Saldo devedor atual (Passivo)	401.770	407.736
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	311 meses	311 meses
Prazo de amortização restante	120 meses	132 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,75%	INPC + 5,00%

(1) Na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2010, foi alterado o método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Déficit Equacionado de 2005, que passou para o Método Price. O prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do déficit técnico foi fixado em 311 meses, contados a partir de abril de 2011.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)		
Deficit Equacionado 2015		
	2022	2021
Valor contratado	285.605	285.605
Saldo devedor atual Patrocinador (Ativo)	114.717	122.939
Saldo devedor atual (Passivo)	114.717	123.797
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	198 meses	198 meses
Prazo de amortização restante	127 meses	139 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,75%	INPC + 5,00%

(1) O método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao déficit equacionado de 2015, é o Método Price.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)		
Deficit Equacionado 2017		
	2022	2021
Valor contratado	1.533.970	1.533.970
Saldo devedor atual Patrocinador (Ativo)	822.294	823.650
Saldo devedor atual (Passivo)	822.293	829.400
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	206 meses	206 meses
Prazo de amortização restante	161 meses	173 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,75%	INPC + 5,00%

(1) O método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao déficit equacionado de 2017, é o Método Price.

13. Equilíbrio Técnico

A Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, que trata sobre os procedimentos a serem observados na apuração do resultado do plano, passou a considerar a duração do passivo do plano de benefícios (*duration*) na apuração do limite de equilíbrio técnico acumulado. A *duration* corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamento de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

13.1 Regulamento Complementar nº 1

O equilíbrio técnico acumulado do plano passou de um déficit técnico acumulado de R\$ 3.893, em 2021, para R\$ 263, em 2022, redução de 93,25%.

Equilíbrio Técnico	2022	2021
Déficit Técnico Acumulado	(263)	(3.893)
Total do Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	(263)	(3.893)

A natureza do resultado mantido pelo plano é conjuntural e estrutural, sendo importante destacar que mais de 80% do passivo atuarial do Plano refere-se ao benefício de Pecúlio por Morte, cujo envelhecimento da população impacta diretamente na evolução deste compromisso.

Evolução - Regulamento Complementar nº 1	2022	2021
Equilíbrio Técnico de 2021 (Exercício Anterior)	(3.893)	(8.799)
(+) Resultado Líquido Previdências	2.451	2.586
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Recuriais	93	78
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(2.925)	(2.713)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	7.217	8.411
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(3.360)	(3.577)
(+) Reversão/(Constituição) de Contingência - Gestão Previdencial	154	121
Equilíbrio Técnico de 2022	(263)	(3.893)
Ajuste de Precificação	6.200	5.903
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	5.937	2.010

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal líquida, na aplicação do Patrimônio de Cobertura, ao longo de 2022, foi de 10,04% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 9,92% (INPC acumulado em 2022, de 5,93%, acrescido da taxa real de juros de 3,76%), o que, em termos reais, representou obter 3,88% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 3,76% ao ano estabelecida para 2022, tomando como indexador base, o INPC do IBGE, resultando em um ganho financeiro do Plano de 0,11%.

A **Variação das Provisões Matemáticas** no exercício de 2022 ocorreu devido ao incremento dos compromissos atuariais de 4,22%, inferior à inflação ocorrida no ano de 5,93%, o que representa a variação nominal esperada das provisões matemáticas (envelhecimento da massa de participantes e assistidos, o impacto decorrente da inflação do período, dentre outras variáveis inerentes ao funcionamento do plano de benefícios). Com relação às variações cadastrais, foi identificado um ganho atuarial ocasionado pelo desligamento de participantes ativos que não possuíam dependentes no plano.

Além disso, outros fatores que influenciaram na variação das provisões matemáticas foram a

Valores expressos em milhares de Reais

alteração da premissa de Fator de Capacidade para 0,9800 (0,9845, em 2021), o envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte do compromisso do plano é destinado ao pagamento de pecúlio por morte, bem como a amortização do déficit equacionado por meio das contribuições extraordinárias.

O ajuste de precificação foi R\$ 6.200 (R\$ 5.903, em 2021), conforme quadro abaixo:

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	3.074	15/08/2030	4,78%	13.483	14.329	846
NTN-B	1.520	15/08/2040	4,45%	7.332	7.920	588
NTN-B	3.458	15/05/2045	4,77%	16.180	18.502	2.322
NTN-B	2.377	15/08/2050	5,18%	10.846	13.290	2.444
Total do Ajuste de Precificação				47.841	54.041	6.200

A Duração do Passivo do Plano apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 13,07 anos.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento do plano de R\$ 6.200, o resultado técnico ajustado do plano encontra-se superavitário em R\$ 5.937, equivalente à 7,15% das Provisões Matemáticas totais do plano, demonstrado abaixo:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2022	2021
a) Equilíbrio Técnico	(263)	(3.893)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	6.200	5.903
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	5.937	2.010

Segundo a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, considerando a Duração do Passivo do exercício avaliado de 13,07 anos (em 2021, 13,63 anos), o limite $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4)$ x Provisão Matemática Líquidas para o equacionamento do déficit para Avaliação Atuarial de 2022 é de R\$ 7.537 (9,07% das Provisões Matemáticas).

O plano apresenta situação de equilíbrio técnico ajustado dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigente.

13.2 Regulamento Complementar nº 2

Em 2022, apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 4.990 (R\$ 7.381, em 2021). Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, até o limite de 17,44% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 8.904, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência.

Equilíbrio Técnico	2022	2021
Reserva de Contingência	4.990	7.335
Reserva Especial para Revisão de plano	-	46
Total do Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	4.990	7.381

A natureza do resultado mantido pelo plano é estrutural e conjuntural, sendo importante destacar que mais de 90% do passivo atuarial do Plano refere-se ao benefício de Pecúlio por Morte, cujo envelhecimento da população impacta diretamente na evolução deste compromisso.

Valores expressos em milhares de Reais

Evolução - Regulamento Complementar nº 2	2022	2021
Equilíbrio Técnico de 2020 (Exercício Anterior)	7.381	1.810
(+) Resultado Líquido Previdências	5.117	5.426
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Recurrais	97	96
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(2.925)	(2.903)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	5.093	4.425
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(9.895)	(1.640)
(+) Reversão/(Constituição) de Contingência - Gestão Previdencial	122	167
Equilíbrio Técnico de 2021	4.990	7.381
Ajuste de Precificação	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	4.990	7.381

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal líquida do plano, na aplicação do Patrimônio de Cobertura, ao longo de 2022, foi de 10,03% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,17% (INPC acumulado em 2022, de 5,93%, acrescido da taxa real de juros de 4,00%), o que, em termos reais, representou obter 3,87% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,00% ao ano estabelecida para 2022, tomando como indexador base, o INPC do IBGE, resultando em uma perda financeira do Plano de 0,13%.

A **Variação das Provisões Matemáticas** teve incremento dos compromissos atuariais de 24,04%, grande parte deste incremento é explicado pela amortização total do déficit equacionado, bem como pela variação nominal esperada das provisões matemáticas (envelhecimento da massa de participantes e assistidos, o impacto decorrente da inflação do período, dentre outras variáveis inerentes ao funcionamento do plano de benefícios). Com relação às variações cadastrais, foi identificado um ganho atuarial ocasionado pelo desligamento de participantes ativos que não possuíam dependentes no Plano.

Além disso, outros fatores que influenciaram na variação das provisões matemáticas foram a alteração da premissa de Fator de Capacidade para 0,9800 (0,9845, em 2021), o envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte do compromisso do plano é destinado ao pagamento de pecúlio por morte.

Observa-se que, no exercício de 2022, tendo em vista o uso integral do superávit apurado no encerramento do exercício de 2021, equivalente a R\$ 7.381, do saldo do Plano de Equacionamento do Déficit – PED 2015 em abril de 2022, as referidas Provisões Matemáticas a Constituir (PMaC), foram amortizadas integralmente durante exercício de 2022 (o saldo da PMaC de responsabilidade dos Participantes extinguiu-se em agosto/2022 e o saldo de responsabilidade dos Assistidos em outubro/2022). No mês seguinte ao término do equacionamento, suspendeu-se a cobrança das contribuições extraordinárias dos participantes e assistidos.

O ajuste de precificação foi R\$ 1.980 (R\$ 2.769, em 2021).

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	400	15/08/2024	7,37%	1.602	1.682	80
NTN-B	710	15/08/2026	6,43%	2.861	3.084	223
NTN-B	82	15/08/2028	5,88%	337	367	30
NTN-B	5.187	15/08/2030	4,92%	22.572	23.835	1.264
NTN-B	262	15/08/2032	6,28%	1.050	1.233	183
NTN-B	205	15/08/2050	5,41%	905	1.106	200
Total do Ajuste de Precificação				29.327	31.307	1.980

A Duração do Passivo do Plano, apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 7,44 anos.

Valores expressos em milhares de Reais

Tendo o Regulamento Complementar nº 2 apurado equilíbrio técnico superavitário e o ajuste precificação positivo, não há demonstração do equilíbrio técnico ajustado.

A puração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2022	2021
a) Equilíbrio Técnico	4.990	7.381
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	4.990	7.381

13.3 Regulamento Geral

O equilíbrio técnico apresentou uma variação positiva no resultado técnico no exercício de R\$ 92.242, o resultado acumulado do plano passou de um déficit de R\$ 595.482, em 2021, para R\$ 503.240, em 2022.

Equilíbrio Técnico	2022	2021
Déficit Técnico Acumulado	(503.240)	(595.482)
Total do Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	(503.240)	(595.482)

O resultado deficitário do plano apresenta características conjunturais e estruturais, apresentando como principais causas as alterações de hipóteses atuariais ocorridas no encerramento deste exercício, bem como o ganho financeiro obtido pela carteira de investimentos do plano.

Evolução - Regulamento Geral	2022	2021
Equilíbrio Técnico de 2020 (Exercício Anterior)	(595.482)	(321.768)
(+) Resultado Líquido Previdências	(321.980)	(264.445)
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Recursais	649	139
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(8.879)	(8.143)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	752.008	842.749
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(256.484)	(748.305)
(+) Reversão/(Constituição) de Contingência - Gestão Previdencial	(73.072)	(95.709)
Equilíbrio Técnico de 2021	(503.240)	(595.482)
Ajuste de Precificação	413.157	477.239
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	(90.083)	(118.243)

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal líquida, ao longo de 2022, foi de 13,19% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,96% (INPC acumulado em 2022, de 5,93%, acrescido da taxa real de juros de 4,75%), o que, em termos reais, representou obter 6,85% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,75% ao ano estabelecida para 2022, resultando em um ganho financeiro do Plano de 2,01% no exercício de 2022.

A **Variação das Provisões Matemáticas** teve um incremento no compromisso atuarial de 3,60%. Os principais fatores que influenciaram a variação foram:

- Alteração da Tábua de Mortalidade Geral (de AT-2000 Básica Feminina para RP-2000 por Sexo Desagravada em 30%): ganho atuarial na ordem de R\$ 8,6 milhões
- Alteração do Fator de Capacidade (de 98,46% para 98,00%): ganho atuarial na ordem de R\$ 41 milhões;
- Alteração da Tábua de Morbidez (de Exp. Aux. Doença RegGeral 2016-2020 para Exp. Aux. Doença RegGeral 2016-2021) e da Tábua de Rotatividade (de Exp. Rot. RegGeral 2011-2020 para Exp. Rot. RegGeral 2012-2021): ganho atuarial na ordem de R\$ 2,2 mil.
- Reclassificação contábil das dívidas do Patrocinador Economus, após assinatura do contrato de dívida, referentes aos exercícios de 2015 e 2017, que transferiu o registro destes instrumentos contratuais de “(-) Provisões Matemáticas à Constituir, no Passivo, para o grupo “Operações

Contratadas”, no “Realizável Previdencial”, no Ativo do Plano.

Portanto, a partir dos eventos mencionados acima, bem como das movimentações cadastrais ocorridas entre os exercícios de 2021 e 2022 e do reflexo das revisões de benefícios decorrentes das ações judiciais (impacto de aproximadamente R\$ 26 milhões), as provisões matemáticas apresentaram variação conforme esperado para planos de benefícios com estrutura técnica semelhante, quais sejam: o envelhecimento da massa de participantes e assistidos, o impacto decorrente da inflação do período, dentre outras variáveis inerentes ao funcionamento do plano de benefícios.

O ajuste de precificação foi R\$ 413.157 (R\$ 477.239, em 2021), conforme quadro abaixo:

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	10.000	15/08/2024	7,03%	40.239	41.589	1.350
NTN-B	19.680	15/08/2026	6,48%	79.196	83.508	4.312
NTN-B	15.000	15/08/2030	7,08%	57.658	65.936	8.278
NTN-C	81.000	01/01/2031	10,12%	592.154	777.602	185.448
NTN-B	149.320	15/05/2035	5,88%	607.415	669.363	61.948
NTN-B	42.239	15/08/2040	5,52%	181.460	197.174	15.714
NTN-B	314.548	15/05/2045	4,74%	1.477.454	1.479.007	1.553
NTN-B	187.217	15/08/2050	5,74%	771.738	906.292	134.554
Total do Ajuste de Precificação				3.807.314	4.220.471	413.157

A Duração do Passivo do Plano, apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 11,13 anos.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento do plano de R\$ 413.157, o plano apresentou um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 90.083.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2022	2021
a) Equilíbrio Técnico	(503.240)	(595.482)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	413.157	477.239
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(90.083)	(118.243)

Segundo a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, considerando a Duração do Passivo do exercício avaliado de 11,13 anos (em 2021, 11,29 anos), o limite de Déficit Técnico Acumulado para Avaliação Atuarial de 2022 é de R\$ 526.708 (7,13% das Provisões Matemáticas). Diante do exposto, o plano apresenta situação de equilíbrio técnico ajustado dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigente.

	2022	2021
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	6.881.375	6.532.651
Reservas Matemáticas (B)	7.384.615	7.128.132
Resultado Acumulado (C) = (A) - (B)	(503.240)	(595.481)
Ajuste de Precificação (IN Previc 10/2018) (D)	413.157	477.239
Déficit Técnico Apurado para fins de Equacionamento (E) = (C) - (D)	(90.083)	(118.242)
Limite de Déficit Técnico Acumulado (F) = (duration - 4)% de (B)	526.708	519.641
Déficit Técnico a ser Equacionado (G) = Máx (1% de (B)); valor de (E) que Ultrapassar (F)	-	-

13.4 Plano PrevMais

A situação superavitária acumulada passou de R\$ 63.075, em 2021, para R\$ 94.008, em 2022.

Equilíbrio Técnico	2022	2021
Reserva de Contingência	94.008	63.075
Reserva Especial para Revisão de plano	-	-
Total do Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	94.008	63.075

A natureza do resultado obtido pelo plano é de causas conjunturais e estruturais. Pode-se destacar as variações cadastrais ocorridas entre os exercícios como os benefícios concedidos em decorrência da concessão de pensões vitalícias oriundas de participantes ativos, bem como a ocorrência de outros eventos abaixo do esperado relativos aos Benefícios de Risco no exercício, e as alterações de hipóteses atuariais ocorridas no encerramento deste exercício.

Evolução - PrevMais	2022	2021
Equilíbrio Técnico de 2020 (Exercício Anterior)	63.075	106.445
(+) Resultado Líquido Previdenciais	23.662	8.251
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(9.073)	(8.779)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	268.345	122.873
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(264.065)	(162.424)
(+) Variação do Fundo Previdencial	12.414	(3.722)
(+) Reversão/(Constituição) de Contingência - Gestão Previdencial	(350)	431
Equilíbrio Técnico de 2021	94.008	63.075
Ajuste de Precificação	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	94.008	63.075

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante a rentabilidade nominal líquida auferida pelo plano para a cobertura dos Benefícios de Risco (parcela BD do plano), ao longo de 2022, foi de 11,53% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,17% (INPC acumulado em 2022, de 5,93%, acrescido da taxa real de juros de 4,00%), o que, em termos reais, representou obter 5,28% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,00% ao ano estabelecida para 2022, resultando em um ganho financeiro do Plano de 1,23%.

A **Variação das Provisões Matemáticas** teve incremento nos compromissos atuariais de 11,59% explicado pela quantidade majoritária de participantes ativos em fase de acumulação de recursos, bem como a concessão de pensões vitalícias oriundas de participantes ativos.

Além disso, para o encerramento deste exercício houve a alteração das premissas atuariais, conforme abaixo:

- Alteração da Tábua de Entrada em Invalidez (da TASA 1927 desagrada em 20% para TASA 1927 desagrada em 40%): ganho atuarial na ordem de R\$ 9,1 milhões;
- Alteração da Tábua de Morbidez (da Tábua Exp. Aux. Doença PrevMais 2016-2020 para Tábua Exp. Aux. Doença PrevMais 2016-2021): perda atuarial na ordem de R\$ 179,5 mil.
- Alteração da Rotatividade (da Exp. Rot. PrevMais 2011-2020 para Exp. Rot. PrevMais 2012-2021): perda atuarial na ordem de R\$ 479,00.
- Alteração do Fator de Capacidade (de 0,9849 para 0,98): ganho atuarial na ordem de R\$ 2,7 milhões; e
- Alteração do Crescimento Real de Salários (de 1,16% a.a. para 1,00% a.a.): ganho atuarial na ordem de 1,3 milhões.

Valores expressos em milhares de Reais

O ajuste de precificação foi R\$ 68.734 (R\$ 54.717, em 2021), conforme quadro abaixo:

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	10.000	15/05/2023	7,26%	40.089	40.538	449
NTN-B	6.100	15/08/2026	6,38%	24.617	26.496	1.879
NTN-B	2.500	15/08/2030	6,49%	9.939	11.488	1.549
NTN-B	3.835	15/05/2035	6,61%	14.685	18.356	3.671
NTN-B	17.697	15/05/2045	6,01%	71.227	91.710	20.483
NTN-B	34.824	15/08/2050	5,74%	147.150	187.853	40.703
Total do Ajuste de Precificação				307.707	376.441	68.734

A Duração do Passivo do Plano, apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 12,35 anos

Tendo o PrevMais apurado equilíbrio técnico superavitário e o ajuste precificação positivo, não há demonstração do equilíbrio técnico ajustado.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2022	2021
a) Equilíbrio Técnico	94.008	63.075
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	94.008	63.075

14. Fundos

A seguir os saldos dos Fundos Previdencial, Administrativo e para Garantia das Operações com Participantes:

Evolução dos Fundos	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Fundo para Garantia das Operações com Participantes	Consolidado
Saldo em 2021	22.843	104.278	9.999	137.120
Formação/(Reversão) de Fundos	(12.414)	21.555	2.125	11.266
Saldo em 2022	10.429	125.833	12.124	148.386

14.1 Gestão Previdencial

Os valores dos Fundos Previdenciais são compostos pelo Fundo de Reversão do Plano PrevMais, constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes por ocasião da perda do vínculo empregatício e destinadas à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou à outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo do Economus, conforme consta no regulamento do Plano.

Em 2022, os patrocinadores (Banco do Brasil e Economus) utilizaram recursos do fundo para abater as contribuições/aportes do plano, conforme estabelecido no regulamento do plano, parecer atuarial e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Descrição	2021	Constituições	Reversões	2022
Fundos Previdenciais - PrevMais	22.843	3.762	(16.176)	10.429
Patrocinador Banco do Brasil	21.945	3.611	(15.403)	10.153
Patrocinador Economus	898	151	(773)	276

14.2 Gestão Administrativa

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Economus. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na equação entre receitas, despesas e rendimentos

aferidos nos investimentos da Gestão Administrativa.

Participação no Fundo Administrativo	2021	Constituições	Reversões	2022
Fundo administrativo do Regulamento Complementar nº 1	5.053	1.605	-	6.658
Fundo administrativo do Regulamento Complementar nº 2	6.805	1.553	-	8.358
Fundo administrativo do Regulamento Geral	59.364	11.165	-	70.529
Fundo administrativo PrevMais	33.056	7.232	-	40.288
Total do Fundo Administrativo	104.278	21.555	-	125.833

14.3 Investimentos

Os Fundos para Garantias das Operações com Participantes (fundo de contingências de empréstimos) são constituídos de percentuais cobrados mensalmente nas prestações de empréstimos, estabelecidos de acordo com os regulamentos vigentes.

Descrição	2021	Constituições	Reversões	2022
Fundo do Regulamento Complementar nº 1	127	53	-	180
Fundo do Regulamento Complementar nº 2	78	26	-	104
Fundo do Regulamento Geral	6.878	1.169	-	8.047
Fundo do PrevMais	2.916	877	-	3.793
Total do Fundo para Garantia das Operações com Participantes	9.999	2.125	-	12.124

O Fundo destina-se à garantia de cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes.

15. Resultado Administrativo

Os registros das operações administrativas do Economus são efetuados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas sobras de custeio administrativo adicionado do rendimento auferido na carteira de investimentos e tem por objetivo a cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pelo Economus na administração dos planos de benefícios, na forma dos respectivos regulamentos.

15.1 Receitas Administrativas

A composição das receitas administrativas é a seguinte:

Descrição	2022	2021
Gestão Previdencial	23.802	22.538
Contribuições dos Patrocinador (es)	11.383	10.811
Contribuições dos Participantes	12.278	11.691
Contribuições dos Autopatrocinados	33	36
Contribuições dos Participantes em BPD	108	-
Investimentos	14.375	13.256
Custeio Administrativo	12.681	11.585
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.694	1.671
Gestão Assistencial	25.850	25.298
Reembolso do Plano Assistencial	25.850	25.298
Diretas	-	1
Ganho na Venda de Ativo Imobilizado	-	1
Atualização de Depósito Judicial/Recursais	5	-
Atualização de Depósito Judicial/Recursais	5	-
Outras Receitas	118	1.068
Reembolso de Custas Judiciais - Regulamento Complementar nº 1 e nº 2	93	498
Recuperação de Despesas (Exercícios Anteriores)	25	570
Resultado Positivo dos Investimentos	12.991	4.685
Resultado Positivo dos Investimentos	12.991	4.685
Total das Receitas Administrativas	77.141	66.846

15.2 Despesas Administrativas

As despesas administrativas correspondem aos gastos realizados pelo Economus para administração dos planos de benefícios, planos assistenciais e das carteiras de investimentos, conforme segue:

Descrição	2022	2021
Administração Previdencial e Assistencial	56.921	50.748
Pessoal e Encargos	37.440	34.897
Treinamentos, Congressos e Seminários	189	150
Viagens e Estadias	49	37
Serviços de Terceiros	14.511	11.233
Despesas Gerais	3.392	3.123
Depreciação e Amortização	407	494
Tributos	933	814
Total das Despesas Administrativas	56.921	50.748

As despesas administrativas das áreas vinculadas diretamente às gestões previdencial, de investimentos e assistencial são registradas nos respectivos grupamentos contábeis no ato da ocorrência do fato contábil.

As despesas originadas nas demais áreas (Administração, Atendimento, Comunicação, Contabilidade, Controladoria, Gestão de Pessoas, Tecnologia etc.) são registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as gestões de investimentos e assistencial, ao final de cada mês, por meio de critérios preestabelecidos.

O critério de rateio das despesas administrativas atende a legislação vigente e às boas práticas de governança. Leva em conta a diversidade de tarefas na administração dos planos previdenciais e assistenciais, uma vez que pondera número de participantes nos planos, situação de cada um deles, os respectivos processos de trabalho, quantidade de guias de atendimento assistenciais com os respectivos pesos operacionais (complexidade), além do tamanho e composição do patrimônio investido.

Os critérios para a segregação contábil das despesas administrativas do Economus tiveram a seguinte distribuição entre as gestões previdencial, de investimento e assistencial:

Distribuição das Despesas Administrativas												
Gestão	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Previdência	28,37%	30,13%	32,02%	29,11%	28,67%	30,57%	31,04%	32,03%	30,13%	33,14%	31,91%	32,16%
Investimento	26,93%	22,90%	22,92%	22,62%	25,94%	23,27%	22,76%	22,61%	26,80%	22,34%	21,83%	24,37%
Assistência	44,70%	46,97%	45,06%	48,26%	45,39%	46,17%	46,20%	45,36%	43,06%	44,52%	46,25%	43,47%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Valores expressos em milhares de Reais

Em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos federais competentes e fiscalizadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde, conforme segue:

Descrição	2022	2021
Administração Previdencial e dos Investimentos	31.071	25.450
Pessoal e Encargos	20.200	17.411
Treinamentos, Congressos e Seminários	126	76
Viagens e Estadias	32	18
Serviços de Terceiros	7.850	5.501
Despesas Gerais	1.687	1.421
Depreciação e Amortização	271	251
Tributos	905	772
Administração Assistencial (100% reembolsado pelo Assistencial)	25.850	25.298
Pessoal e Encargos	17.240	17.486
Treinamentos, Congressos e Seminários	63	74
Viagens e Estadias	17	19
Serviços de Terceiros	6.661	5.732
Despesas Gerais	1.705	1.702
Depreciação e Amortização	136	243
Tributos	28	42
Total das Despesas Administrativas	56.921	50.748

15.3 Constituição do Fundo Administrativo

O fundo administrativo resulta da diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido das provisões e reversões contingenciais e do resultado dos investimentos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2022	2021
(+) Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	23.802	22.538
(+) Custeio Administrativo dos Investimentos	12.681	11.585
(+) Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.694	1.671
(+) Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais	5	-
(+) Receitas Diretas	-	1
(+) Outras Receitas	118	1.068
(-) Despesas da Administração Previdencial	(31.071)	(25.450)
(+) Reembolso da Gestão Assistencial	25.850	25.298
(-) Despesas da Administração Assistencial	(25.850)	(25.298)
(=) Sobras do Custeio Administrativo	7.229	11.413
(+/-) Contingências Administrativas	1.335	(1.905)
(+/-) Resultado dos Investimentos Administrativos	12.991	4.685
(=) Constituição do Fundo Administrativo	21.555	14.193

16. Resultado dos Investimentos

16.1 Resultado Bruto por Tipo de Emissor

O resultado bruto dos investimentos está representado pelas variações positivas, deduzidas das variações negativas, conforme abaixo:

Descrição	Regulamento Complementar n° 1		Regulamento Complementar n° 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Por Tipo de Emissor	7.439	8.602	5.224	4.546	762.579	851.625	273.922	127.682	12.991	4.685	1.062.155	997.140
Notas do Tesouro Nacional	4.700	6.186	3.677	3.238	663.135	815.991	48.311	39.832	-	-	719.823	865.247
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	973	323	973	323
Ativos Financeiros de Crédito Privado	813	697	283	334	20.014	23.958	49.846	41.353	1.075	379	72.031	66.721
Renda Variável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Invest. (Renda Fixa)	706	180	731	230	29.676	22.045	150.224	49.493	11.019	4.045	192.356	75.993
Fundos de Invest. (Ações)	-	-	-	-	25.020	(56.242)	7.488	(18.338)	-	-	32.508	(74.580)
Fundos de Invest. (Multimercado)	-	-	-	-	-	3.189	-	287	-	-	-	3.476
Fundos de Invest. (Direito Creditório)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Invest. (Participações)	-	-	-	-	(13.527)	25.282	(1.448)	2.728	-	-	(14.975)	28.010
Fundos de Invest. (Imobiliário)	-	-	-	-	(4.688)	(7.338)	-	-	-	-	(4.688)	(7.338)
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	4.052	10.532	-	-	-	-	4.052	10.532
Operações com Participantes	1.228	1.547	540	750	11.920	14.935	19.680	12.519	-	-	33.368	29.751
Relacionados com o Disponível	-	(1)	(1)	(1)	(94)	(88)	(8)	(5)	(73)	(59)	(176)	(154)
Precatórios	-	-	-	-	27.471	-	-	-	-	-	27.471	-
Outros Realizáveis	(8)	(7)	(6)	(5)	(400)	(639)	(171)	(187)	(3)	(3)	(588)	(841)
Dos Planos	(222)	(191)	(131)	(121)	(10.571)	(8.876)	(5.577)	(4.809)	-	-	(16.501)	(13.997)
Contingências de Investimentos	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Despesas Adm. de Investimentos	(169)	(153)	(105)	(93)	(9.402)	(8.627)	(4.700)	(4.382)	-	-	(14.376)	(13.255)
Fundos para Garantia das Operações	(53)	(38)	(26)	(28)	(1.169)	(247)	(877)	(427)	-	-	(2.125)	(740)
Resultado Positivo dos Investimentos	7.217	8.411	5.093	4.425	752.008	842.749	268.345	122.873	12.991	4.685	1.045.654	983.143

16.2 Resultado do Fluxo dos Investimentos

O resultado positivo obtido na apuração do fluxo dos investimentos em 2022 está demonstrado a seguir:

Descrição	2022	2021
Resultado da Gestão Previdencial	1.032.663	978.458
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar n° 1	7.217	8.411
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar n° 2	5.093	4.425
Fluxo dos Investimentos do Regulamento Geral	752.008	842.749
Fundo dos Investimentos PrevMais	268.345	122.873
Resultado da Gestão Administrativa	12.991	4.685
Fluxo dos Investimentos do PGA	12.991	4.685

17. Transações Entre Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os patrocinadores e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

As transações com o patrocinador Banco do Brasil S.A. são as seguintes:

Descrição	2022	2021
Ativo	9.488	5.823
Disponível	50	50
Depósitos Judiciais e Recursais do Regulamento Complementar n° 1 e n° 2	9.240	5.572
Investimentos Imobiliários	199	201
Resultado	2.312	4.165
Resultado das Letras Financeiras	-	1.822
Resultado dos Investimentos Imobiliários	2.312	2.343

Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo. Os valores com os benefícios e encargos de curto prazo no exercício de 2022 somaram R\$ 3.223 (R\$ 2.805, em 2021) e R\$ 338 (R\$ 322, em 2021), respectivamente.

Transações com Pessoas Jurídicas

O quadro abaixo evidencia os contratos de prestação de serviço vigentes no Economus junto ao Patrocinador:

Transações com Pessoas Jurídicas			
Empresa	Natureza	Valores (Em Reais)	Vigência
Companhia de Seguros Aliança do Brasil CNPJ: 28.196.889/0001-43	Seguro de Vida em grupo para os funcionários do Economus.	Variável, calculado com base na quantidade de empregados/mês. Taxa de 0,02048% a.m. Valor estimado de R\$ 20.317,00/ano	30/08/2022 a 30/08/2023
BB Administradora de Cartões de Crédito CNPJ: 31.591.399/0001-56	Convênio para prestação de serviço de administração e fornecimento de cartões Alelo "refeição" e "alimentação" aos funcionários do Economus	Não há cobrança de taxa.	Indeterminado
ALELO S.A. CPNJ: 04.740.876/0001-25	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO PRÉ-PAGO - ALELO	Valor de taxa administrativa estimado em R\$ 171,45/mês e R\$ 2.057,40/ano.	Indeterminado
BRASIL DENTAL OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS S.A. CNPJ: 19.962.272/0001-09	CONTRATO DE OPERAÇÃO DE PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PLANO ODONTOLÓGICO COLETIVOS EMPRESARIAL	Variável de acordo com o número de funcionários, R\$ 15,32/titular	01/01/2023 a 01/01/2026
BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ: 00.000.000/0001-91	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS - Custódia	Variável, sendo a tarifa de 0,01% a.a. sobre o patrimônio custodiado. O valor mínimo estimado é de R\$ 39.286,43/mês e de R\$ 471.437,16/ano.	09/10/2022 a 09/10/2025

18. Gestão Assistencial

O Economus apresenta separadamente o conjunto completo de demonstrações contábeis dos planos de assistência à saúde para o exercício findo em 31/12/2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela ANS.

As receitas e despesas assistenciais constantes na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social ('DMPS') – Consolidada, item 5. Gestão Assistencial representam o Resultado Líquido dos Planos Assistenciais.

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e Previc, são apresentados apenas os saldos totais do ativo e do passivo do Segmento Gestão Assistencial, bem como os movimentos patrimoniais ocorridos no plano assistencial. Os valores de forma analítica são apresentados nos demonstrativos assistenciais elaborados em conformidade com as normas da ANS.

Para o exercício findo em 31/12/2022, as demonstrações contábeis foram concluídas, mantendo-se premissas e procedimentos de anos anteriores destacando:

Ações Judiciais que determinam a manutenção das condições originais (Planos de saúde - Feas Básico e Feas PAMC)

Existem decisões judiciais já transitadas em julgado e outras em 2º grau, todas discutidas na Justiça Trabalhista, cujas sentenças foram em favor de determinados participantes, tendo como

Valores expressos em milhares de Reais

condenados o Economus e o Banco do Brasil solidariamente, a: (i) manutenção das condições originais dos planos com a preservação dos serviços assistenciais sem a cobrança de contribuições; (ii) devolução das mensalidades já pagas.

Em razão de discussões nos Órgãos Colegiados sobre a necessidade de registro da obrigação para evidenciar o comprometimento de recursos para liquidação financeira de eventos futuros decorrentes das decisões judiciais, foi contratada a FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis Atuariais e Financeiras, Consultoria Especializada em assuntos Contábil, Atuário e Finanças que, ao final dos trabalhos, concluiu pela necessidade de realização de registro contábil com o objetivo de reconhecer a obrigação decorrente da saída de recursos financeiros futuros.

A Diretoria Executiva, no que diz respeito ao item (i) das sentenças judiciais, manutenção das condições originais dos planos, preserva o entendimento sobre os procedimentos contábeis até então adotados, ou seja, pela não realização do registro contábil de obrigação para fazer frente aos compromissos financeiros futuros, decorrentes das referidas decisões judiciais. No entanto, devido à divergência de entendimentos sobre esse ponto, optou por fazer consulta formal à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para esclarecer, à luz da sua regulamentação, os entendimentos sobre a questão e para direcionar as medidas a serem adotadas. No tocante ao item (ii), devolução das mensalidades pagas, as devidas provisões foram constituídas.

O possível reconhecimento da referida obrigação impactará negativamente, em algumas vezes, o patrimônio assistencial, o que comprometerá a operação de saúde. A Entidade realizará estudo técnico atuarial para apurar o montante da eventual obrigação.

A referida consulta à ANS foi feita em 30/03/2023 e está sob avaliação daquela Autarquia.

Em reunião com a equipe técnica da ANS, ocorrida em 27/04/2023, foi recomendado ao Economus concluir e apresentar as demonstrações contábeis da Gestão Assistencial de 2022, independentemente da manifestação a ser proferida por aquela Agência. Quaisquer recomendações ou conclusões da ANS poderão ter efeito nas demonstrações contábeis do próximo exercício.

19. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do seguimento da Gestão Previdencial foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 31 de maio de 2023.

20. Outras Informações

20.1. Investimento em controlada – Desmobilização

A Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda., em liquidação extrajudicial, foi constituída em 23/02/1987, tendo como cotista majoritário o Economus - Instituto de Seguridade Social.

Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e alterações posteriores, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31/12/2005.

Em 2020, foi aprovado pelos sócios da Corretora de Seguros e pelo Conselho Deliberativo do Instituto a substituição do liquidante da Economus Administradora e Corretora de Seguros, sendo nomeado o Sr. Tadeu Pigioni Horta Fernandes, empregado do Economus.

Valores expressos em milhares de Reais

Na reunião ordinária do Conselho Deliberativo de 10/12/2021, Ata nº 536, foi aprovada a incorporação da Economus Administradora e Corretora de Seguros S/C Ltda pelo Economus Instituto de Seguridade Social.

Em julho/2022, os sócios da Economus Administradora e Corretora de Seguros aprovam a retirada do sócio Gilberto Cópola, em conformidade com o disposto em seu Contrato Social, 7ª alteração.

Em decorrência da alteração societária mencionada acima, o Economus passou a ser o único sócio da Corretora e se vislumbrou a possibilidade de dar início ao processo de incorporação.

Em outubro/2022, foi concluído o processo de incorporação da Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda. pelo Administrativo Assistencial, Gestão assistencial do Economus. Os ativos e passivos objeto da incorporação descritos no Laudo de Avaliação realizado por uma empresa de avaliação externa e independente. O Laudo de Avaliação foi elaborado com base no acervo líquido contábil na data base de 31/08/2022 ("Data de Corte") (data definida conforme o Balanço Patrimonial da Incorporada usado para erigir o referido laudo), nos termos análogos do Artigo 8º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e suas alterações posteriores, incluindo a Lei nº 10.303, de 31/10/2001 ("Lei das Sociedades por Ações"), tudo em conformidade com o previsto no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação. Foi incorporado ao patrimônio líquido negativo contábil de R\$ 179.702,04 (cento e setenta e nove mil setecentos e dois reais e quatro centavos).

A Incorporação resultou, dentre outras vantagens, em redução dos custos incidentes do processo de liquidação extrajudicial da Corretora (administrativos e de gestão).

20.2. Legislação com vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

Resolução CNPC nº 46, de 1º de outubro de 2021: dispõe sobre as condições e os procedimentos para a identificação e o cadastramento dos planos de benefícios no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para fins de operacionalização da independência patrimonial dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar;

Resolução PREVIC nº 18, de 22 de dezembro de 2022: dispõe sobre os procedimentos contábeis, o plano padrão, a função e o funcionamento das contas e a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar. A Entidade avaliou os possíveis impactos desta norma nas demonstrações contábeis e destacamos:

- Consolidação das Instruções PREVIC nº 31/2020, que estabelecia normas para os procedimentos contábeis, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e PREVIC nº 42/2021, que dispunha sobre os critérios para a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- Exclusão da obrigatoriedade de reavaliação anual dos imóveis, devendo agora serem avaliados quando houver evidência de mudança de valor ou no caso de venda;
- Exclusão do item de Depósitos Judiciais, que determinava a atualização por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da EFPC em contrapartida a conta de resultado. Entende-se que fica a critério da entidade realizar a correção mensal ou por ocasião do levantamento do alvará;
- Pequenos ajustes na estrutura contábil, com a inclusão de novas contas de fundos de investimentos no plano de contas e nas informações extracontábeis.

Valores expressos em milhares de Reais

Norma Brasileira de Contabilidade, ITG nº 2.001, de 15 de dezembro de 2022: dá nova redação à ITG 2001 - Entidade Fechada de Previdência Complementar, em adequação as normas estabelecidas pela PREVIC, revogando a Resolução CFC nº 1.272/2010, referente a NBC TE 11 - Entidade Fechada de Previdência Complementar.

20.3. Lojas Americanas S/A

Em 11 de janeiro de 2023, o mercado financeiro tomou conhecimento da notícia relevante quanto aos problemas ocasionados por inconsistências contábeis no balanço das Lojas Americanas S/A. O Comitê de Investimentos do Economus avaliou o impacto da situação nos ativos dos planos sob gestão e informou à diretoria executiva em 12.01.2023. O fato e os impactos também foram comunicados ao Comitê de Gestão de Riscos, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal.

Nossa exposição aos ativos da citada empresa é indireta, por meio de dois fundos de investimento exclusivos, um de renda fixa e outro de renda variável. Em janeiro/2023, o Administrador do fundo de renda variável alienou o ativo da empresa que compunha a carteira do veículo de investimento. Também em janeiro/2023, o Administrador do fundo de renda fixa marcou a zero o valor do ativo existente. Mesmo com este movimento, o fundo de renda fixa apresentou rentabilidade positiva em janeiro/2023.

O Economus permanece monitorando o tema, com reportes periódicos aos órgãos de governança. A situação não afeta a solvência dos planos administrados e tem impacto não relevante na rentabilidade dos investimentos.

De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Gerson Wlaidimir Falcucci
Diretor Superintendente

César Augusto Jacinto Teixeira
Diretor Administrativo

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade

Tadeu Pigion Horta Fernandes
Contador

